Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	12
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	13
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	37
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	40
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	41
10.5 - Políticas contábeis críticas	44
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	52
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	53
10.8 - Plano de Negócios	54
10.9 - Outros fatores com influência relevante	57

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo,o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Exceto pelos riscos relacionados as variações de preços de combustível de aviação, moedas estrangeiras e taxas de juros, abrangidos pela Política interna de Riscos de Mercado, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos para aqueles mencionados no item 4.1, no entanto entende que as práticas e os controles internos por ela adotados para gerenciamento de riscos são eficientes e adequados.

A Companhia possui uma estrutura para gestão de riscos corporativos consistente e alinhada com as melhores práticas de Governança, que abrange uma equipe dedicada ao tema — Diretoria de Riscos Corporativos, *Compliance* e Controles Internos, bem como metodologia e processos específicos para a identificação e qualificação de riscos, definição de medidas de prevenção, tratamento, mitigação, monitoramento e reporte. Omapa de riscos da Companhia contempla aspectos, como: estratégico, financeiro, operacional, tecnológico, regulamentar/*compliance*, entre outros. Em 2020 a categoria de risco "Pandemia" foi incluída no mapa e os riscos associados foram monitorados e reportados para toda a Diretoria e membros da Administração.

Embora ainda não tenha uma política de gerenciamento de riscos formalizada, a Companhia conta com outras políticas que contribuem para essa abordagem. Dentre estas, destacamos:

- 1) Políticas Contábeis e de Auditoria: A Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), responsável pelas Políticas Contábeis e de Auditoria da Companhia. Tais políticas objetivam, entre outros,a revisão dos processos de controle da Companhia, a avaliação da eficácia dos controles internos e o acompanhamento das questões relacionadas aos riscos corporativos e compliance da Companhia.
- 2) Políticas da Segurança da Informação: Com o objetivo de proteger, zelar e garantir as informações de sua propriedade ou sob sua custódia, a Companhia possuiu uma Política da Segurança da Informação, elaborada pelo Departamento de Segurança da Informação e aprovada pelo Diretor Presidente da Companhia. Essa política busca assegurar a integridade e a segurança das informações corporativas parasuporte à tomada de decisão e operação dos processos de negócios, buscando a melhor relação entre inovação, custo e eficácia operacional, através de soluções de sistemas. Essa política consiste em um conjunto formal de regras que devem ser seguidas pelos usuários dos recursos da Companhia.
- 3) Políticas de Ética e Conduta: A Companhia possui um Código de Ética e um Manual de Conduta que servem como guias práticos de conduta pessoal e profissional, a ser utilizado por todos os colaboradores em suasinterações e decisões diárias no exercício de suas atribuições. Todas as pessoas ligadas à Companhia devem pautar a sua atuação em princípios éticos e nos valores descritos nesses normativos, que refletemum padrão comportamental irrepreensível. Adicionalmente, a Companhia possui Diretrizes de Conduta para Terceiros na relação com a GOL, as quais devem ser aceitas por todos os fornecedores no momentodo seu cadastro.
- 4) Política de Gestão de Caixa: A Companhia possui um Comitê de Políticas Financeiras que é um órgão de apoio ao Conselho de Administração, com reuniões trimestrais, que detém as seguintes funções e responsabilidades: (a) revisar e adotar medidas de gestão de caixa da Companhia, deliberando sobre medidas realizadas no último período e estratégias para o curto e longo prazo (b) avaliar a efetividade de todas as medidas constantes do item (a) e recomendar alterações quando necessário; (c) analisar o plano de investimentos, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração; (d) analisar o impacto do endividamento atual da companhia e estratégia de estrutura de capital e suas consequências nos resultados da Companhia, bem como recomendar as alterações necessárias ao Conselho de Administração; (e) estabelecer parâmetros para manutenção da estrutura de capital e liquidez desejadas, além de monitorar sua aplicação e aprovar as novas estruturas de captação e/ou investimento a serem executados no trimestre subsequente; e (f) aprovar alterações da Política de Gestão de Caixa.
- 5) Política interna de Riscos de Mercado: A Companhia possui um Comitê de Risco que é um órgão de apoio ao Conselho de Administração, com as seguintes funções e responsabilidades: (a) elaborare aprovar alterações na política existente de riscos de mercado, bem como acompanhar e analisar a sua implementação, quando aplicável; (b) analisar periodicamente os impactos dos ativos, especialmente noque corresponde a variações dos preços de combustível de aviação, moedas estrangeiras e taxas de juros, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração; e (c) aprovar estratégiade mitigação dos riscos de mercado através de instrumentos de derivativos com a finalidade de proteção à exposição aos riscos citados no item (i) abaixo.

- (i) Os riscos para os quais se busca proteção
- O Taxa de câmbio de moedas estrangeiras;
- O Preço do combustível de aviação;
- O Taxa de juros que servem de indexadores para contratos financeiros.
- (ii) Os instrumentos utilizados para proteção

Conforme a Política interna de Riscos de Mercado utiliza-se instrumentos de derivativos exclusivamente para proteção à exposição dos riscos citados no item (i) acima. Não é permitido realizar operações de caráter especulativo.

- O Os instrumentos derivativos deverão ser listados em bolsas de mercadorias e/ou futuros, brasileiras ou internacionais, ou negociados no mercado balcão com contrapartes aprovadas pela Política da Companhia;
- o Os derivativos negociados no ambiente balcão deverão ser contratados por cotação competitiva entre pelo menos 3 (três) contrapartes;
- O Todos os instrumentos deverão ter preços transparentes em mercados públicos ou computáveis por modelos de conhecimento público;
- o Aprovado um novo instrumento derivativo pelo Comitê de Risco, este passará automaticamente a integrar a "Lista de Instrumentos Derivativos Aprovados para Hedge";
- o Um fator de risco só pode ser hedgeado com um instrumento derivativo que tenha objeto diferente do fator se um estudo de efetividade demonstrar a correlação entre ambos.
- (iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos
- 6) Política de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa. A Companhia possui um Comitê de GovernançaCorporativa e Pessoas, responsável por (a) assegurar as melhores práticas de Governança Corporativa e coordenar o processo de implementação de tais práticas; (b) indicar possíveis candidatos ao Conselho deAdministração, recomendar ao Conselho parâmetros para compensação dos executivos e planos de sucessão e revisar políticas de compensação para o corpo de funcionários; (c) zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Administração e pelo relacionamento deste com a Diretoria e com os acionistas; (d) revisar periodicamente e recomendar as alterações necessárias nas práticas de Governança Corporativa adotadas pela Companhia; (e) revisar periodicamente o Código de Ética da Companhia, assimcomo outros documentos relacionados à Governança Corporativa; (f) manter o Conselho de Administração informado e atualizado acerca das regulamentações e recomendações praticadas no mercado; (g) elaborar perfis para os cargos do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (h) apresentar, entrevistar e indicar, permanentemente, candidatos aos cargos do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; e (i) conferir, aprovar e acompanhar a implementação, certificação e manutenção dos requisitos estabelecidos pela Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, assim como todos os requisitos exigidos pela legislação brasileira de direito societário e de mercado de capitais, bem como dos órgãos de fiscalização do mercado de valores mobiliários; (j) criar e revisar periodicamente a Política de contratação da Companhia com suas partes relacionadas; (k) revisar periodicamente e recomendar as políticas de gestão dos recursos humanos para o Conselho de Administração, acompanhando o desenvolvimento e seus principais indicadores; (I) avaliar e recomendar investimentos no desenvolvimento de retenções de talentos e processos sucessórios na Companhia; (m) acompanhar e validar as pesquisas de clima organizacional e remuneração comparativa do mercado; (n) revisar e recomendar os programas de desenvolvimento de pessoas; (o) acompanhar e validar o programa de avaliação de desempenho individual dos colaboradores; (p) revisar e recomendar ao Conselho de Administração o salário, bônus, opções para compra de ações, políticas de remuneração e outros eventuais benefícios para os colaboradores da Companhia e verificar se estão de acordo com o mercado e com o desempenho dos colaboradores; (q) revisar periodicamente e avaliar as mudanças no programa de outorga de opções da Companhia e fazer recomendações ao Conselho de Administração; e (r) revisar o Plano de Metas e resultados da Companhia.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo das políticas adotadas pela Companhia é o de fornecer e indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Riscos inerentes à Companhia, ao cenário macroeconômico e setorial, bem como relacionados a questões de segurança e integridade da informação, a novas leis e regulamentações, aumentos de tributos incidentes e de *compliance*, surgem no curso normal das

atividades da Companhia. A Companhia analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com suas políticas.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

As políticas adotadas pela Companhia para mitigação de riscos são implementadas por meio dos seguintes instrumentos:

Áreas de Auditoria Interna, Riscos Corporativos, Compliance e Controles Internos: A Companhia realiza auditorias internas, supervisionadas por seu Comitê de Auditoria Estatutário, tendo como objetivo, dentre outros, (i) revisar os processos de controle da Companhia, identificando e apontando para o Conselho de Administração os assuntos críticos, riscos financeiros e regulatórios identificáveis; (ii) avaliar os sistemas de alerta prévia para riscos efetivos e potenciais; (iii) avaliar, por meio de testes, a eficácia dos controles internos da Companhia e recomendar mudanças, caso necessário; e (iv) acompanhar as questões de *compliance* da Companhia. Dessa forma, as auditorias visam detectar e remediar riscos em potencial ou irregularidades já ocorridas.

A Diretoria de Riscos Corporativos, Compliance e Controles Internos tem como objetivo ampliar e fortalecer a governança da Companhia sob estes aspectos. A área de Controles Internos continua atuando como apoio aos *Process Owners* na identificação, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos transacionais, incluindo o desenho e a implementação de controles que visam minimizar a exposição aos riscos identificados.

<u>Segurança da Informação</u>: Tendo em vista que a informação é um dos principais ativos de competitividade da Companhia, esta possui uma Política de Segurança da Informação rigorosa, objetivando a confidencialidade emrelação aos negócios, clientes, concorrentes, colaboradores, fornecedores e parceiros da Companhia. Por meio de um conjunto de regras formais, todos os colaboradores da Companhia são orientados a manter qualquer informação como sigilosa e confidencial, conforme Código de Ética da Companhia.

Ademais, todos os colaboradores devem estar sempre atualizados em relação às respectivas políticas bem comoseus procedimentos, buscando orientações de seu gestor ou da área de Segurança da Informação quanto à aquisição, uso e/ou descarte de informações. Os ambientes e sistemas são monitorados, de forma a garantir a adequada utilização, uso e/ou descarte de informações.

Relacionamento com Terceiros: A Companhia adota práticas rígidas na negociação e administração de todas as atividades comerciais. Os parceiros de negócio e fornecedores da Companhia são respeitados e reconhecidos como importantes agentes entre os públicos de relacionamento com a Companhia. No processo de contratação,os fornecedores e parceiros considerados de risco passam por uma *due diligence* anticorrupção prévia e todos os fornecedores são obrigados a aceitar as Diretrizes de Conduta para Terceiros na Relação com a GOL. A Companhia também evidencia as exigências para que todos os parceiros de negócio e fornecedores atendam à legislação vigente, com especial atenção para o cumprimento da legislação aplicável aos negócios da Companhia. De acordo com o Código de Ética, os colaboradores envolvidos no processo de seleção ou que se envolvam pessoalmente com fornecedores devem procurar seus superiores imediatos para comunicar qualquer tipo de vínculo pessoal com empresas e/ou profissionais que prestem serviços à Companhia. Além disso, os colaboradores não podem receber propinas, pagamentos impróprios e doações de fornecedores em troca de concessão de vantagens comerciais ou benefícios bem como presentes que ultrapassem o valor estabelecido narespectiva política de brindes, presentes e hospitalidades.

Relacionamento com os Órgãos Públicos: A Companhia mantém o mais alto nível de integridade na relação com representantes do governo, respeitando as prescrições morais de forma transparente, sendo que os órgãos governamentais recebem tratamento profissional e isento. Dessa forma, conforme estabelecido na Política Anticorrupção da Companhia, todos os colaboradores da Companhia são orientados a (i) não dar ou receber qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, presentes, serviços ou qualquer benefício de valor com o objetivo de suborno ou tratamento especial; (ii) cumprir a legislação e não executar qualquer ação que viole as leis e regulamentos vigentes; e (iii) manter um relacionamento ético, transparente e de credibilidade com os órgãos governamentais. Adicionalmente, a Companhia possui uma política de interações com agentes públicos, que estabelece as diretrizes a serem observadas no que se refere a comunicações e reuniões presenciais de todos oscolaboradores com Agentes Públicos.

<u>Canal de Ética</u>: A Companhia possui um Canal de Ética, tanto on-line quanto telefônico, destinado ao relato de violações ao Código de Ética, bem como ao envio de críticas e sugestões para melhoria do Programa de *Compliance* da Companhia. As denúncias deste canal são recepcionadas por uma empresa externa e independente, que garante a integridade e sigilo absoluto dos relatos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme mencionado e já exposto nos itens acima, a Companhia adota uma estrutura organizacional integradaentre diferentes órgãos da Administração e Comitês da Companhia, que gerenciam e monitoram seus riscos de acordo com seus valores, princípios e diretrizes.

O Comitê de Ética, vinculado diretamente ao Presidente da Companhia, é composto por representantes das áreas de Gente e Cultura, Jurídico, Auditoria Interna e Riscos Corporativos, *Compliance* e Controles Internos. Este Comitê é responsável por assumir e avaliar casos de violação do Código de Ética, resolver dúvidas e dilemas éticos, debater sobre dúvidas de interpretação do texto, estimular o comprometimento dos colaboradores como Código de Ética e promover palestras e eventos de conscientização, envolvendo toda a empresa.

O Comitê de Auditoria Estatutário fica a cargo de monitorar e gerenciar as Políticas Contábeis e de Auditoria. Sendo assim, tal comitê é responsável por monitorar algumas das seguintes atividades: (i) revisar os processos de controle da Companhia, identificando e apontando para o Conselho de Administração os assuntos críticos, riscos financeiros e regulatórios identificáveis; (ii) avaliar os sistemas de alerta prévio para riscos efetivos e potenciais; (iii) avaliar a eficácia dos controles internos da Companhia e recomendar mudanças, caso necessário;

(iv) acompanhar as questões de *compliance* da Companhia; (v) assistir o Conselho de Administração em assuntos relativos à Contabilidade, Controles Internos, Reportes Financeiros, de Auditoria e *Compliance*; e (vi) elaborar e aprovar as políticas de risco da Companhia, bem como acompanhar e analisar a sua implementação na Companhia, quando aplicável.

Já a Diretoria de Tecnologia da Informação tem como missão assegurar a integridade e a segurança das informações corporativas para suporte à tomada de decisão e a operação dos processos de negócio, buscando amelhor relação entre inovação, custo e eficácia operacional, através de soluções de sistemas. Sua estrutura organizacional atende as áreas de negócios da Companhia e o suporte a infraestrutura da tecnologia da informação. As práticas adotadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação estão alinhadas com o frameworkinternacional de TI adotado – o COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology).

O Comitê de Risco é composto por até 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que ocupem ou não outro cargo na administração da Companhia (Diretoria ou Conselho de Administração), os quais serão eleitos para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição. O Comitê de Risco se reúne ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Secretário, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do referido Comitê.

O Comitê de Políticas Financeiras é composto por até 5 (cinco) membros fixos, eleitos pelo Conselho de Administração, contendo no mínimo o Diretor Presidente (CEO), 01 (um) Conselheiro de Administração e 01 (um) Diretor Vice-Presidente Financeiro (CFO),, sendo eleitos para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição. O Comitê de Políticas Financeiras se reune ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Secretário, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do referido Comitê.

O Comitê de Governança Corporativa e Pessoas é composto por até 6 (seis) integrantes eleitos pelo Conselho de Administração, sendo ao menos, como membros efetivos, o Presidente do Conselho de Administração e dois Conselheiros e, como membros técnicos especiais, 2 especialistas externos, eleitos para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição.

O Subcomitê de Políticas Contábeis, Tributárias e de Demonstrações Financeiras realiza revisões periódicas, avalia e monitora as nossas políticas e demonstrações contábeis e faz observações e recomendações sobre essas questões ao Conselho de Administração. O Subcomitê se reúne trimestralmente e é composto por até 5 (cinco) integrantes, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles o Diretor Vice-Presidente Financeiro da Companhia (CFO) ou um Diretor com função equivalente, e poderão ser eleitos também especialistas externos, como membros técnicos especiais,, para mandato de 1 (um) ano, com direito à reeleição.

O Comitê de Segurança possui atualmente 4 (quatro) membros na sua composição, cujas funções, responsabilidades e atribuições serão contempladas no Regimento Interno a ser elaborado na primeira reunião a ser realizada por este Comitê. Posteriormente, o referido Regimento será submetido para a aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

c. adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A verificação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos e controles é feita por meio do reporte ao Comitê de Controles Internos e ao Comitê de Auditoria Estatutário, cuja missão é assegurar conjuntamente a integridade, adequação e a eficácia dos

controles internos. O Comitê de Ética também avalia regularmente a aplicabilidade do Código de Ética e Conduta da Companhia a fim de aprimorá-lo caso identifique novos riscos atrelados às atividades desenvolvidas por seus colaboradores.

Adicionalmente, é importante ressaltar que os trabalhos nas mais diversas áreas da Companhia passam por testes para avaliação dos controles internos. Como resultado, as questões relevantes são discutidas e validadas com as áreas responsáveis, com o posterior registro em relatório e reporte independente à Presidência, Vice- presidências e Diretoria Executiva. A depender da gravidade do assunto, algumas questões são oportunamente apresentadas ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração para a tomada de decisões.

riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Risco de Mercado com análise de 3 livros para mitigação da exposição de riscos de: (1) variações de preço do combustível de aviação; (2) variações da cotação de moeda estrangeira, principalmente o dólar americano (USD); e (3) variações de níveis das taxas de juros internacionais.

Essa política visa o gerenciamento dos riscos mencionados acima com o seu monitoramento, definição de mecanismos de mitigação do risco e estratégia a ser seguida.

A Política de Gestão de Riscos foi aprovada inicialmente pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2012.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Gestão de Riscos de Mercado é identificar a origem do risco, monitorá-lo e definir mecanismos de mitigação do risco quanto à exposição nas variações de preços do combustível de aviação, moedaestrangeira e taxas de juros internacionais. A Companhia entende que a gestão destes riscos de mercado é essencial para o êxito em suas atividades.

Como ferramenta de monitoramento, a companhia realiza o Comitê de Risco mensalmente e sempre que identifica necessidade para tratar algum cenário extraordinário entre os períodos dos comitês mensais.

Os detalhes a respeito do funcionamento do Comitê de Políticas Financeiras e do Comitê de Risco estão detalhadamente apresentados no item 5.1 (a) deste Formulário.

c. adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia considera que a estrutura operacional e controles internos adotados são adequados para o gerenciamento dos riscos aos quais está exposta, através da obrigatoriedade do monitoramento e reporte periódico, além do estabelecimento de níveis hierárquicos para a aprovação de eventuais Planos de Mitigação solicitados e aprovados conforme o julgamento do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho de Administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia acompanhou e monitorou a sua exposição conforme as referidas Políticas.

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Risco de Mercado com análise de 3 livros para mitigação da exposição de riscos de: (1) variações de preço do combustível de aviação; (2) variações da cotação de moeda estrangeira, principalmente o dólar americano (USD); e (3) variações de níveis das taxas de juros internacionais.

Essa política visa o gerenciamento dos riscos mencionados acima com o seu monitoramento, definição de mecanismos de mitigação do risco e estratégia a ser seguida.

A Política de Gestão de Riscos foi aprovada inicialmente pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2012.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Gestão de Riscos de Mercado é identificar a origem do risco, monitorá-lo e definir mecanismos de mitigação do risco quanto à exposição nas variações de preços do combustível de aviação, moeda estrangeira e taxas de juros internacionais. A Companhia entende que a gestão destes riscos de mercado é essencial para o êxito em suas atividades.

Como ferramenta de monitoramento, a companhia realiza o Comitê de Política de Risco mensalmente e sempre que identifica necessidade para tratar algum cenário extraordinário entre os períodos dos comitês mensais.

Os detalhes a respeito do funcionamento do Comitê de Política Financeira e do Comitê de Políticas de Risco estão detalhadamente apresentados no item 5.1 (a) deste Formulário.

c. adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia considera que a estrutura operacional e controles internos adotados são adequados para o gerenciamento dos riscos aos quais está exposta, através da obrigatoriedade do monitoramento e reporte periódico, além do estabelecimento de níveis hierárquicos para a aprovação de eventuais Planos de Mitigação solicitados e aprovados conforme o julgamento do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho de Administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia acompanhou e monitorou a sua exposição conforme as referidas Políticas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia implementa e monitora os controles internos de modo a fornecer à Administração e aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações contábeis e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável por estabelecer e manter controles internos eficazes sobre os relatórios financeiros. Nossos controles internos sobre os relatórios financeiros destinam-se a oferecer garantias razoáveis com relação à preparação e à apresentação adequada das demonstrações financeiras publicadas. Em virtude de suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros não poderá impedir ou detectar declarações inverídicas.

Para a avaliação dos seus controles internos, a Administração utiliza os critérios e diretrizes estabelecidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission in Internal Control – Integrated Framework*, ou COSO 2013 – Estrutura Integrada, de forma a aprimorar a performance e supervisão organizacional.

Tais critérios exigem uma documentação completa dos processos, políticas, sistemas, riscos e controles inerentes ao tema e uma supervisão, através de testes específicos, da qualidade do seu desempenho e execução. As avaliações são feitas, inicialmente, pelos *process owners* (responsáveis pelos processos), em seguida pela área de Controles Internos e por fim pela área de Auditoria Interna da Companhia. Todas estas avaliações são documentadas e discutidas e os seus resultados, quando não satisfatórios, são tratados através de planos de ações específicos e monitorados tempestivamente pelos executivos e pelos *process owners*, a fim de evitar que erros, em contas que possuem materialidade, possam ferir o conjunto de assertivas realizado pela gestão da Companhia. A área de Controles Internos monitora e reporta para a Administração mensalmente o status dos controles internos da Companhia, incluindo os planos de ação com responsáveis e prazos.

A avaliação sobre os controles internos da Companhia realizada pela Administração apontou a existência de 2 (duas) deficiências significativas em 31 de dezembro de 2021, apresentadas no item 5.3 (d) abaixo.

As demais deficiências de controle identificadas foram classificadas como não relevantes e não geraram distorções nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. As medidas já adotadas e a serem adotadas para a correção das deficiências acima descritas estão comentadas no item 5.3 (e). O sistema de controles internos está em constante evolução, acompanhando e atualizando as principais mudanças ocorridas na Companhia.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma área exclusiva para o monitoramento, aprimoramento e atualização dos controles internos, denominada Gerência de Riscos e Controles Internos. Possui também uma estrutura de auditoria interna independente, que realiza testes específicos de controles internos de acordo com o plano de auditoria anual aprovado e acompanhado pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

A Administração designa gerentes e diretores como *process owners*, que atuam na execução, gestão e no funcionamento diário dos controles internos, bem como nos planos de mitigação de deficiências, com o suporte e orientação da Gerência de Riscos e Controles Internos, sempre que necessário.

A Companhia estabelece um Comitê de Controles Internos, composto pelo Presidente, Vice-Presidentes e Diretores de Controladoria, Auditoria Interna, Tecnologia da Informação e Riscos, *Compliance* e Controles Internos que supervisionam e direcionam ações de mitigação do funcionamento dos controles internos aos *process owners*, com apoio da área de Controles Internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia monitora a evolução dos controles internos e o tratamento das deficiências de controle, supervisionando as ações de mitigações, quando aplicável, junto à Administração da Companhia e em conjunto com a Diretoria de Auditoria Interna.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão do grau de eficiência de controles internos da Companhia é de responsabilidade do Comitê de Auditoria Estatutário, onde é feita a supervisão periódica da eficácia dos Controles Internos da Companhia. As áreas de Riscos Corporativos, *Compliance* e Controles Internos apoiam os *Process Owners* na identificação, avaliação, comunicação, tratamento e monitoramento dos riscos através de relatórios periódicos. Estes relatórios são monitorados e debatidos com a Administração no Comitê de Controles Internos. Tais relatórios demonstram o funcionamento dos controles internos, informando (i) as deficiências de controle existentes com a identificação do cronograma e status dos planos de ações, risco envolvido no processo e o seu respectivo controle compensatório ou definitivo a ser implantado; (ii) grau das deficiências identificadas, bem como (iii) a mensuração do índice de efetividade nos últimos 12 meses. Além disto, também é realizado o acompanhamento dos planos de ação e destacados processos específicos que demandam ação conjunta dos gestores.

A Administração tem como prática a inclusão no seu programa de metas a eficiência e eficácia de controles internos, como forma de engajamento e aderência à cultura dos controles internos, que é acompanhada e medida pelas áreas de Gestão e Controles Internos, respectivamente. A evolução das metas é periodicamente divulgada para a Administração da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O estudo, a avaliação e a comunicação sobre os controles internos da Companhia conduzidos pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, apontaram no relatório emitido uma deficiência significativa.

Em agosto de 2021, implementamos um novo sistema de atendimento ao passageiro: o Sabre. Após essa implementação, identificamos uma deficiência significativa relacionada ao desenho e execução efetiva de controles de aplicativos específicos em determinadas situações relacionadas ao processo de emissão de bilhetes.

Esta deficiência significativa não resultou em uma distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Em 2022, estamos trabalhando para remediar a deficiência significativa relacionada ao desenho e execução efetiva de controles de aplicativos específicos em determinadas situações relacionadas ao processo de emissão de bilhetes no sistema de atendimento ao passageiro Sabre. Esperamos remediar essa deficiência significativa em 2022.

Não foram identificados indícios de fraude ou qualquer distorção material nas demonstrações da Companhia em função das deficiências mencionadas.

Para todas as deficiências reportadas classificadas como não relevante, foram criados planos de ação que são monitorados constantemente pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

 i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A GOL possui um Programa de *Compliance* denominado Rumo Certo – Ética e *Compliance* que consiste num conjunto de mecanismos de integridade gerenciados por um time de especialistas em *Compliance*. Dentre as suas atividades, a área de *Compliance* dedica-se à identificação, prevenção e mitigação de riscos de corrupção e ourtos riscos de atuação interna em descumprimento aos valores da Companhia. A identificação e as análises dos riscos são feitas por diversos meios como, por exemplo, através de entrevistas e mapeamento junto às áreas da Companhia. Tais análises e mapeamentos são atualizados periodicamente. Adicionalmente, quando necessário, a Companhia conta com o apoio de terceiros para efetuar análises de riscos com foco em corrupção.

No que se refere a políticas e procedimentos, além das diretrizes de seu Código de Ética, a GOL possui políticas voltadas para temas sensíveis para *Compliance*, adaptadas a seus riscos próprios, a exemplo das políticas de Conflito de Interesses, Anticorrupção, Presentes, Brindes e Hospitalidades, Partes Relacionadas e de Interação com Agentes Públicos. De forma a difundir a cultura ética e as diretrizes do Código de Ética, demais políticas e procedimentos, a GOL efetua treinamentos presenciais e on-line, periódicos e obrigatórios, bem como emite diversos materiais de comunicação relacionados a *Compliance* para todos os colaboradores, incluindo a alta administração, que também participa nas comunicações reforçando o comprometimento da Alta Liderança da Companhia.

Existem diversos mecanismos implantados que permitem monitoramento de processos sensíveis como, por exemplo, alertas para avaliação prévia de transações consideradas de risco. A área de *Compliance* também possui um plano anual de teste de processos sensíveis de forma a identificar e mitigar riscos, e aprimorar os controles existentes. Adicionalmiente, a área de *Compliance* executa Procedimentos *Due Diligence* anticorrupção, aplicados aos fornecedores de maior risco, aos beneficiários de patrocínios, de apoios sociais, dentre outros parceiros considerados de risco.

Em 2021, a GOL manteve as suas atividades de *compliance* e os seus controles internos funcionando sem interrupções (preservou processos, equipes e orçamento), apesar do cenário desafiador. A Companhia foi capaz também de adaptar os processos de trabalho ao formato de trabalho remoto, sem prejuízo dos resultados.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A GOL atualmente possui as seguintes estruturas e procedimentos, todas formalmente aprovados:

- Canal de Denúncias Independente que se reporta a um Comitê de Ética, que é responsável pelo tratamento de relatos;
- Diretoria Executiva de auditoria interna independente, responsável pela auditoria dos processos internos, incluindo os processos relevantes para o programa de integridade e reportando-se ao CAE;
- Comitê de Auditoria Estatutário (CAE);
- o Comitê de Ética, que se reporta ao Presidente Executivo e ao CAE;
- Diretoria Executiva de Riscos Corporativos, Compliance e Controles Internos, responsável pela definição, implantação e gestão do Programa Rumo Certo, com reporte direto ao Presidente Executivo e acesso independente ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.
- iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

A GOL Possui um Código de Ética que reforça questões relacionadas à ética nos negócios e ao combate à corrupção. Este documento é aplicado a todos os colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês Estatutários, no exercício de suas funções ou atribuições.

O documento é de fácil acesso através da home-page principal, no tópico *Compliance* - https://www.voegol.com.br/pt/a-gol/compliance

A GOL possui ainda as Diretrizes de Conduta para Terceiros na GOL, que precisam ser aceites por todos os fornecedores no ato de cadastro e que estão disponíveis na Portal do Fornecedor da Companhia: https://www.voegol.com.br/pt/a-gol-site/Documents/compliance/GL001820 Cartilha%20Diretrizes%20Fornecedores.pdf

• se com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.

Todos os colaboradores e membros da administração são treinados em relação ao Código de Conduta periodicamente.

O Programa Rumo Certo — Ética e *Compliance* conta com uma ampla campanha de comunicação, que visa à divulgação desse conjunto de iniciativas de fomento da cultura de *compliance* por toda a Companhia, bem como das alterações do Código de Ética e das novas políticas internas. Esta campanha inclui, por exemplo, comunicados por e-mail sobre os principais temas das políticas relacionadas a *compliance*, o lançamento de uma pagina de *Compliance* na website da Companhia disponível a todos colaboradores e terceiros com informações sobre o Programa, uma nova área dedicada ao tema no portal corporativo interno e no aplicativo do Colaborador, bem como outras ações pontuais com mensagens-chave, entre outras iniciativas.

Os temas abordados pelos vídeos incluem: combate à corrupção; cultura de *compliance*; papéis e responsabilidades no âmbito do Programa Rumo Certo, com especial enfoque no papel do gestor; conflito de interesses; relacionamento com órgãos públicos; relacionamento com público interno e externo; entre outras questões. Ao final dos vídeos, é aplicado um questionário para verificar o entendimento dos conteúdos pelos participantes.

Adicionalmente, foram ministradas diversas sessões de treinamento presencial para integrantes de diversos níveis hierárquicos, sobre *Compliance* e principais processos associados.

De modo a ampliar a difusão da cultura de *compliance* nas áreas da companhia, foi implantado em 2019 o programa "Embaixadores de *Compliance*" que capacitou colaboradores de diversas áreas da companhia para que, além das suas funções usuais, atuem também como referências de *Compliance* nas suas áreas, comunicando as principais diretrizes, identificando riscos que possibilitem criar planos de mitigação adaptados à realidade da sua área de atuação e gerando maior proximidade junto à área de *Compliance*.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.

As sanções estão previstas no Manual de Conduta e incluem: (i) advertência por escrito; (ii) suspensão por 1 (um) dia; (iii) suspensão por 2 (dois) dias; e (iv) demissão.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

PÁGINA: 10 de 57

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Tanto o Código de Ética quanto o manual de conduta tiveram seu conteúdo e forma revisados e aprovados pelo Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia em julho de 2018. O Código de Ética está disponível em: www.eticanagol.com.br e https://www.voegol.com.br/pt/a-gol/compliance.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Ética (www.eticanagol.com.br/ Telefone: 0800 886 0011) é um meio para manifestar preocupações, dúvidas e sugestões a respeito de comportamentos que possam ferir princípios de atuação, regras, normas e procedimentos da organização. Este canal é externo e independente.

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal está aberto a colaboradores e ao público externo.

se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

É garantida a possibilidade de anonimato e proteção aos denunciantes de boa-fé. Ao finalizar o chamado, é gerado um número de protocolo que permite a consulta do andamento da análise pela GOL.

órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As análises e apurações de relatos enviados ao Canal de Ética são realizadas por uma equipe interna, especializada em análises comportamentais. Além disso, para garantir a avaliação de casos de violação ao código, esclarecer dúvidas, resolver dilemas éticos e estimular o comprometimento dos colaboradores com uma conduta íntegra, a GOL conta com um Comitê de Ética, formado por executivos da Companhia.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Sim, a Companhia possui políticas e procedimentos que demandam a análise prévia de *Compliance*, para os casos de operações de aquisição de empresas, fusões e incorporações, venda de empresas, dentre outras.

 d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica.

PÁGINA: 11 de 57

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não alterações significativas que julguemos relevantes em relação a esta Seção 5.

PÁGINA: 12 de 57

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações que julguemos relevantes em relação a esta Seção 5.

PÁGINA: 13 de 57

Os dados financeiros referidos abaixo são extraídos de nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. Essas demonstrações financeiras foram preparadas sob a responsabilidade de nossa Administração, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Por fim, as informações incluídas neste item relativas ao nosso setor de atividade, indicadores financeiros, bem como as estimativas a respeito de participações de mercado, foram obtidas por meio de levantamentos internos, informações públicas e publicações sobre o setor. Foram incluídas informações de relatórios elaborados por fontes públicas oficiais, como o Banco Central do Brasil (BACEN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), dentre outras. As informações que constam dessas publicações são extraídas de fontes consideradas confiáveis, mas não podemos garantir a exatidão e a integridade dessas informações. Os referidos levantamentos internos e estimativas não foram objeto de comprovação independente.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Covid-19 impactou significativamente a economia mundial nos anos de 2020 e 2021. Em resposta ao avanço de casos e óbitos, muitos governos impuseram proibições de viagens a milhões de pessoas e, além disso, pessoas em muitos locais estão sujeitas a medidas de quarentena. A pandemia da Covid-19 também resultou em uma volatilidade significativa nos mercados financeiros e de commodities em todo o mundo. Ao longo deste período, a mantivemos a disciplina na gestão de capacidade e no equilíbrio do capital de giro da Companhia de forma a garantir a sustentabilidade do negócio, considerando o posicionamento no mercado doméstico e a posição financeira da Companhia.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o PIB - Produto Interno Bruto voltou a crescer em 2021, com alta de 4,6% no ano em comparação a 2020, de acordo com a retomada gradual da economia. A inflação, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulou alta de 10,1% no ano de 2021. Durante o ano de 2021, o real brasileiro apresentou depreciação frente ao dólar americano, com queda de 6,88% em 31 de dezembro de 2021 no comparativo com 31 de dezembro de 2020. Além disso, a taxa Selic passou por sucessivos aumentos, encerrando o ano em 9,25%.

A nossa liquidez e posição de caixa são fatores essenciais para nosso sucesso. A liquidez total (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras de curto e longo prazo e contas a receber) totalizava R\$1.710,6 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.576,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$\$4.273,0 milhões em 31 de dezembro de 2019) e representava ao final de 2021, 23,0% das nossas receitas operacionais líquidas dos últimos doze meses (40,4% em 2020 e 30,8% em 2019). Dado o cenário desafiador e incerto, a Administração tem se comprometido diariamente em honrar com os compromissos financeiros da Companhia e preservar a posição de caixa e liquidez.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, concluimos importantes iniciativas de fortalecimento em sua estrutura de capital, como:

- a aquisição da participação dos acionistas não controladores da Smiles;
- emissões complementares de Senior Secured Notes de US\$450 milhões adicionais;
- aumento de capital de R\$423 milhões, liderada pelos acionistas controladores da Companhia e com participação na subscrição por parte de acionistas minoritários;
- pagamento integral do saldo remanescente de sua principal dívida amortizável, financiamento garantido, no montante R\$410 milhões de principal e juros, com a liberação de ativos em garantia;
- conclusão do refinanciamento da dívida de curto prazo com os bancos locais.

Além disso, firmamos acordo de *codeshare* exclusivo com a American Airlines com aporte previsto no capital da Companhia de US\$ 200 milhões cujos efeitos serão refletidos nas informações financeiras do segundo trimestre de 2022 com a conclusão da operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 tivemos um EBITDA (que é definido por nós como lucro operacional antes do resultado financeiro juros, impostos, depreciação e amortização) negativo de R\$(2.498,8)

milhões e margem EBITDA de (33,6)% em comparação aos R\$ 918,7 milhões e margem de 14,4% em 2020 e R\$3.860,7 milhões com margem de 27,8% em 2019.

A redução de R\$3.417,6 milhões do EBITDA entre 2021 e 2020 é uma consequência, principalmente, de transações não recorrentes relacionadas a provisão de devolução reconhecida no contexto da aceleração de frotas, provisão de contingências referente ao adicional de alíquota de 1% de COFINS reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e ao ganho relevante obtido com transações de *sale-leaseback* no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Além disso, a alta do barril de petróleo e na taxa média em dólar, em 2021 no comparativo com 2020, impactaram nossos custos operacionais recorrentes e representativos. O retrocesso de R\$2.942,0 milhões do EBITDA entre 2020 e 2019 é uma consequência do impacto da pandemia do COVID-19, que afetou significativamente nossas operações, pela recomendação de distanciamento social, as restrições e recomendações de redução de deslocamento e o fechamento de fronteiras para reduzir a disseminação e propagação da doença.

Acreditamos que o EBITDA seja um indicador útil para medir desempenho operacional de companhias aéreas dado que mostra a capacidade de cobrir esses gastos, bem como facilita a comparação com outras empresas do setor.

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso índice de liquidez corrente, calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante era de 0,24 vezes em comparação com 0,31 vezes em 2020 e 0,48 vezes em 2019.

A dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R\$22.663,0 milhões, considerando a amortização de R\$765 milhões em dívidas, composto por R\$240 milhões de dívidas financeiras e R\$525 milhões de dívidas com arrendamento de aeronaves no decorrer do exercício, em comparação com R\$17.544,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$14.462,6 milhões em 2019. A dívida bruta é composta por empréstimos e financiamentos e arrendamentos, no que tange a dívida bruta ajustada exclui-se os valores devidos a título de bônus perpétuo, os quais não possuem vencimento.

A Companhia possui cláusulas restritivas (covenants) nas Debêntures e na Senior Secured Notes 2026.

Após a renegociação das debêntures, a obrigatoriedade de mensuração dos indicadores previstos nas escrituras da 7º e 8º emissão será a partir de dezembro de 2022.

No âmbito do Senior Secured Notes 2026, a Companhia possui a observância de cumprir com condições de garantias relacionadas a peças de estoque e propriedade intelectual. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía peças e equipamentos da GLA em garantia referente a esse contrato que satisfaziam as condições contratuais.

A seguir, apresentamos um sumário das contas patrimoniais consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Balanço Patrimonial Consolidado (em milhões de reais)	2021	2020	2019 ⁽¹⁾	
Caixa e equivalentes de caixa	486.258	662.830	1.645.425	
Aplicações financeiras de curto prazo	291.363	984.112	1.258.682	
Contas a receber	850.683	739.699	1.229.530	
Depósitos de curto prazo	191.184	-	-	
Aplicações financeiras de longo prazo	82.326	189.830	139.386	
Depósitos de longo prazo	1.757.842	2.058.455	1.968.355	
Imobilizado	7.675.170	4.960.288	6.058.101	
Total de ativos	14.402.343	12.814.136	15.298.446	
Empréstimos de curto prazo	634.614	2.353.279	2.543.039	
Arrendamentos a pagar de curto prazo	2.057.687	1.317.008	1.404.712	
Empréstimos de longo prazo	11.265.416	7.623.687	5.866.802	
Arrendamentos a pagar de longo prazo	8.705.297	6.267.184	4.648.068	

PÁGINA: 15 de 57

Total de passivos	35.456.021	26.581.195	22.403.863
	_	_	
Patrimônio Líquido	(21.053.678)	(13.767.059)	(7.105.417)

⁽¹⁾ O montante de aplicações financeiras em 2019 inclui o caixa restrito, conforme reclassificação feita em 31 de dezembro de 2021. Os saldos referentes a 2021 e 2020 estão em conformidade com a demonstração financeira relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 nossos ativos imobilizados consolidados totalizavam R\$7.675,2 milhões, composto principalmente por: (i) R\$5.168,9 milhões referentes a 135 aeronaves sem opção de compra ao final do contrato; (ii) R\$1.098,7 milhões referentes à aquisição de peças de reposição (rotables) próprias; (iii) R\$66,3 milhões referentes à direito de uso de peças de reposição (rotables) por contratos de arrendamento; (iv) R\$772,7 milhões de reconfiguração e benfeitorias em aeronaves; (v) R\$24,5 milhões em ferramentas relacionados a imobilizados aéreos; (vi) R\$71,9 milhões de outros imobilizados de uso (veículos, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores e períféricos, obras em andamento e outros); (vii) R\$499,0 milhões referentes principalmente a adiantamentos para aquisição de ativos imobilizados; e (viii) R\$26,9 milhões negativos com perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, nossa frota total estava conforme demonstrado no quadro abaixo:

Frota Total no Final do Período	2021	2020	2019
B737-700 NG	23	23	24
B737-800 NG	89	97	106
MAX 8	23	7	7
Total (Boeing 737)	135	127	137

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves. Em 31 de dezembro de 2021, a frota total era composta por 135 aeronaves, dentre as quais todas eram arrendamentos mercantis sem opção de compra.

Além dos ativos mencionados acima, possuímos ainda concessões de uso de edifícios em aeroportos e hangares no Brasil, dentre os quais uma parte de um hangar no aeroporto de Congonhas, onde realizamos manutenção de aeronaves. Possuímos também um Centro de Manutenção de Aeronave (GOL Aerotech) de última geração na cidade de Confins, Estado de Minas Gerais. A certificação do Centro de Manutenção que possuímos autoriza serviços de manutenção de Boeings 737-300s, Boeings 737-700 e 800 Next Generation e das novas aeronaves 737 MAX 8. Utilizamos a nova instalação para realizar manutenção pesada de fuselagem, manutenção preventiva, pintura de aeronaves e reestruturações da configuração interna das aeronaves.

b. Estrutura de capital

Estrutura de Capital

Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2021 nosso patrimônio líquido totalizava um déficit de R\$21.053,7 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido registrava um déficit de R\$ 13.767,1 milhões, está variação é decorrente, principalmente, do prejuízo incorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, devido aos impactos referentes a pandemia sobre as operações da Companhia e sobre o câmbio, com a desvalorização do real brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social era representado por 3.178.043.923 ações, sendo 2.863.682.710 ações ordinárias e 314.361.213 ações preferenciais. O Fundo de Investimento Mobi ("MOBI") detém 100,0% das nossas ações ordinárias e 32,8% das nossas ações preferenciais, enquanto o PATH-Brazil LLC ("PATH-Brazil") detem 3,5% das nossas ações preferenciais. Ambos os fundos são dos mesmos titulares e, juntos, possuem 49,4% do nosso capital social total. Em 31 de dezembro de 2021, tínhamos 48,3% de nossas ações preferenciais em circulação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o fundo Volluto também controlado pelos mesmos titulares transferiu todas as ações ordinárias da Companhia de sua titularidade para o MOBI.

PÁGINA: 16 de 57

As participações percentuais de cada acionista indicadas na tabela abaixo estão baseadas na quantidade de 2.863.682.710 ações ordinárias e 314.361.213 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2021.

	Ordiná	ria	Preferer	ncial	Total		
	Ações	%	Ações	%	Ações	% ⁽¹⁾	
MOBI ⁽²⁾	2.863.682.150	100,00%	103.139.776	32,81%	2.966.821.926	46,69%	
Air France – KLM	-	0,00%	4.246.620	1,35%	4.246.620	1,07%	
PATH-Brazil ⁽²⁾	-	0,00%	10.846.688	3,45%	10.844.688	2,74%	
Outros ⁽³⁾	560	0,00%	4.833.426	1,54%	4.833.986	1,22%	
Mercado	-	0,00%	191.294.703	60,85%	191.294.703	48,28%	
Total	2.863.682.710	100,00%	314.361.213	100,00%	3.178.043.923	100,00%	

- (1) Considerando o potencial econômico, dado que as ações preferenciais têm direito a um dividendo de 35 vezes o dividendo pago por ação ordinária.
- (2) A MOBI e a PATH-Brazil são controladas diretamente por Constantino de Oliveira Junior, presidente do nosso conselho de administração, e seus irmãos Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino.
- (3) Inclui 140 ações de propriedade de um membro de nossa família controladora. Não considera as ações detidas indiretamente por Constantino de Oliveira Junior, presidente de nosso conselho de administração, por meio da MOBI e PATH-Brazil.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou aumentos de capital em razão do(a): (i) reorganização societária para incorporação da Smiles com a emissão em 04 de junho de 2021, pela Companhia, de 22.433.975 novas ações preferenciais, 25.707.301 ações preferenciais classe B e 33.113.683 ações preferenciais classe C, sendo que as ações classes B e C foram resgatadas ainda no mês de junho, no âmbito da proposta de incorporação aprovada; (ii) aumento de capital proposto pelos acionistas controladores, montante de R\$422,6 milhões com a emissão de 171.136.137 ações ordinárias e 12.581.185 ações preferenciais, com custos incorridos de R\$1.877. Neste mesmo ato, as 171.136.137 ações ordinárias foram convertidas em 4.889.603 ações preferenciais de emissão da Companhia, à razão de 35 ações ordinárias para 1 ação preferencial; e (iii) e subscrição de ações preferenciais por meio do exercício do plano de opção de ações, em 28 de julho e 8 de novembro de 2021, no montante R\$2,1 milhões e R\$15 com a emissão de 430.333 e 1.860 ações preferenciais todas nominativas e sem valor nominal, respectivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou aumentos de capital em razão da subscrição de ações preferenciais por meio do exercício do plano de opção de ações, em: (i) 30 de abril de 2020, no montante de R\$0,7 milhão, referente ao exercício de 197.109 ações preferenciais; (ii) 30 de julho de 2020 no montante de R\$0,2 milhão referente ao exercício de 29.018 opções de ações preferenciais e (iii) 29 de outubro de 2020, no montante de R\$0,3 milhão referente ao exercício de 116.116 opções de ações preferenciais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia aprovou aumentos de capital em razão da subscrição de ações preferenciais por meio do exercício do plano de opção de ações, em: (i) 27 de fevereiro de 2019, no montante de R\$ 4.589 através da subscrição de 521.528 ações preferenciais; (ii) 26 de abril de 2019, no montante de R\$ 512 em razão da subscrição de 140.896 ações preferenciais; (iii) 31 de julho de 2019, no montante de R\$ 300 em razão da subscrição de 84.477 ações preferenciais; e (iv) 30 de outubro de 2019, no montante de R\$ 60.165, em razão da subscrição de 5.391.373 ações preferenciais.

Capital de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2021, o total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo somavam R\$ 11.900,0 milhões. O prazo médio de vencimento da dívida de longo prazo da Companhia, excluindo dívidas sem vencimento, era de 3,4 anos com uma taxa média de 14,0% nas obrigações em Reais e 6,6% nas obrigações em Dólares. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui cláusulas restritivas (covenants) nas Debêntures e na Senior Secured Notes 2026. Após a renegociação das debêntures, a obrigatoriedade de mensuração dos indicadores previstos nas escrituras da 7º e 8º emissão será a partir de dezembro de 2022. No âmbito do Senior Secured Notes 2026, a Companhia possui a observância de cumprir com condições de garantias relacionadas a

peças de estoque e propriedade intelectual. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía peças e equipamentos da GLA em garantia referente a esse contrato que satisfaziam as condições contratuais.

Em 31 de dezembro de 2020, o total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo somavam R\$ 9.977,0 milhões. O prazo médio de vencimento da dívida de longo prazo da Companhia, excluindo dívidas sem vencimento, foi de 3,1 anos com uma taxa média de 5,48% nas obrigações em Reais e 5,26% nas obrigações em Dólares.

Em 31 de dezembro de 2019, o total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo somavam R\$ 8.409,8 milhões. O prazo médio de vencimento da dívida de longo prazo da Companhia, excluindo dívidas sem vencimento, foi de 3,2 anos com uma taxa média de 5,28% nas obrigações em Reais e 6,02% nas obrigações em Dólares.

A tabela a seguir demonstra a nossa estrutura de capital em termos de participação do capital de terceiros sobre o nosso capital total em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 ⁽¹⁾
Total dos empréstimos e financiamentos	(11.900.030)	(9.976.966)	(8.409.841)
Total arrendamentos a pagar	(10.762.984)	(7.584.192)	(6.052.780)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	486.250	662.830	1.645.425
(-) Aplicações financeiras	373.689	1.173.942	1.398.068
A - Dívida líquida	(21.803.067)	(15.724.386)	(11.419.128)
B – Total do patrimônio líquido negativo	21.053.678	13.767.059	7.105.417
C = (B + A) – Capital total	(749.389)	(1.957.327)	(4.313.711)

Dívida líquida = dívida total (curto e longo prazo) menos caixa total (caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras);

O montante de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2019 inclui o caixa restrito, conforme reclassificação feita em 31 de dezembro de 2021. Os saldos referentes a 2021 e 2020 estão em conformidade com a demonstração financeira relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Possibilidade de Resgate de Ações

Informamos que não existe possibilidade de resgate das nossas ações, além das hipóteses legais.

Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Liquidez

Para administrar nossa liquidez, levamos em conta nosso caixa total, assim como saldos de nossas contas a receber. Nossas contas a receber são afetadas pelos prazos de recebimento de nossos recebíveis de cartões de crédito. Nossos clientes podem adquirir passagens efetuando pagamentos parcelados em cartões de crédito, normalmente gerando um intervalo de um a dois meses entre o pagamento de nossos fornecedores e despesas e o efetivo recebimento das receitas de nossos serviços. Quando necessário, obtemos empréstimos para financiar nosso capital de giro, os quais podem ser garantidos por nossos recebíveis, para financiar o ciclo venda-recebimento. Temos uma forte posição de liquidez, composto pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e caixa restrito e contas a receber que ao final de 2021, representava 23,0% de nossas receitas operacionais líquidas dos últimos doze meses.

A tabela abaixo apresenta informações financeiras consolidadas utilizadas em análises de liquidez (em R\$ milhões):

	2021	2020	2019 ⁽¹⁾	Var. (21/20) %		
Caixa Total ^(a)	859,9	1.836,8	3.043,5	-53,2%		
Recebíveis	850,7	739,8	1.229,5	15,1%		

Capital total = dívida líquida + patrimônio líquido;

Liquidez Total Imediata	1.710,6	2.576,6	4.273,0	-33,6%
(a) Corresponde à somatória dos saldos	de caixa, equivalente	es de caixa e aplicaç	ões financeiras de cur	to e longo prazo,

divulgados nas demonstrações financeiras.
(1) O montante de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2019 inclui o caixa restrito, conforme reclassificação feita

Em 31 de dezembro de 2021, o "caixa total" (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras de curto e longo prazo) alcançou R\$859,9 milhões, compostos de R\$486,2 milhões de saldo de caixa e equivalente de caixa, R\$291,4 milhões em aplicações financeiras de curto e R\$82,3 milhões em aplicações financeiras de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso índice de liquidez seca, calculado pela divisão do somatório de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber registrados no ativo circulante pelo passivo circulante foi 0,15, 0,25 vezes em 2020 e 0,41 vezes em 2019.

Esperamos fazer os pagamentos relativos à aquisição de aeronaves utilizando recursos provenientes das receitas de nossas operações, de empréstimos contratados por meio de linhas de crédito de curto prazo e/ou financiamento junto ao fornecedor. Esperamos financiar o saldo do preço de aquisição das aeronaves do Boeing 737-MAX por meio de uma combinação de fontes, tais como disponibilidades decorrentes de nossas operações, contratos de financiamento bancário a juros baixos, operações de venda e arrendamento junto ao próprio comprador (sale-leaseback), ofertas de títulos de dívida ou capital e/ou financiamento junto ao fornecedor. Em 31 de dezembro de 2021 possuímos R\$451,3 milhões em saldo de adiantamento para aquisição de aeronaves.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 tivemos um EBITDA negativo de R\$2.498,8 milhões, em comparação aos R\$918,7 milhões em 2020 e R\$3.860,7 milhões em 2019. O nosso endividamento, composto por empréstimos e financiamentos e arrendamentos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 era de R\$22.663,0 milhões, R\$17.561,2 milhões e R\$14.462,6 milhões, respectivamente. Nosso endividamento bruto ajustado excluindo bônus perpétuos era em 31 de dezembro de 2021 de R\$21.804,2 milhões e em 31 de dezembro de 2020 de R\$16.755,5 milhões e em 31 de dezembro de 2019 de R\$13.915,9 milhões. Os bônus perpétuos são excluídos do cálculo do endividamento, pois não possuem prazo de vencimento. Não temos endividamento significativo com vencimento até 2024.

Nossos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 estavam compostos da seguinte maneira:

PÁGINA: 19 de 57

⁽¹⁾ O montante de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2019 inclui o caixa restrito, conforme reclassificação feita em 31 de dezembro de 2021. Os saldos referentes a 2021 e 2020 estão em conformidade com a demonstração financeira relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

				Consolidado											
				2020										2021	
	Vencimento	Taxa efetiva de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captação	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incor- ridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortizações de custos	Total	Circulante	Não circulante
Em R\$:															
Debêntures	out/24	14,06%	440.918	146.170	587.088	574.572	-	(28.333)	60.174	(36.048)	-	7.315	1.164.768	109.519	1.055.249
Capital de Giro	out/25	15,47%	239.615	17.275	256.890	40.000	-	(237.588)	17.964	(19.270)	-	-	57.996	48.239	9.757
Em US\$:															
Financiamento garantido	jun/21	9,50%	484.113	-	484.113	-	-	(499.663)	17.000	(17.745)	16.295	-	-	-	-
Financiamento de importação	jul/22	7,77%	783.659	-	783.659	-	-	(699.899)	27.701	(32.451)	59.024	-	138.034	138.034	-
Financiamento com garantia Ex-lm Bank	dez/22	2,73%	194.786	49.958	244.744	1	-	(157.641)	2.653	(2.904)	8.132	4.412	99.396	99.396	
ESN 2024	jul/24	3,75%	37.960	1.896.854	1.934.814	-	(186.804)	-	200.401	(84.449)	123.690	575	1.988.227	40.764	1.947.463
Spare Engine Facility	set/24	2,44%	22.771	197.009	219.780	-	-	(86.020)	5.447	(5.374)	15.642	282	149.757	24.651	125.106
Senior Notes 2025	jan/25	7,00%	98.521	3.340.316	3.438.837	-	-	-	245.419	(241.093)	252.421	9.194	3.704.778	105.797	3.598.981
Senior Secured Notes 2026	jun/26	8,00%	1.848	953.802	955.650	2.267.646	-	-	184.034	(184.906)	201.439	28.114	3.451.977	-	3.451.977
Loan Facility	mar/28	4,11%	32.566	233.135	265.701	-	-	(22.701)	12.559	(7.584)	20.281	255	268.511	50.471	218.040
Bônus perpétuos	-	8,75%	16.522	789.168	805.690	10.952	-	-	72.592	(72.585)	59.937	-	876.586	17.743	858.843
Total			2.353.279	7.623.687	9.976.966	2.893.170	(186.804)	(1.731.845)	845.944	(704.409)	756.861	50.147	11.900.030	634.614	11.265.416

Consolidado

				2019										2020	
	Vencimento	Taxa efetiva de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captação	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortizações de custos	Total	Circulante	Não circulante
Em R\$:															
Capital de Giro	out/25	6,48%	-	-	-	704.172	-	(450.532)	20.261	(17.011)	-	-	256.890	239.615	17.275
Debêntures VII	mar/22	3,41%	289.423	289.302	578.725	-	-	-	25.936	(23.638)	-	6.065	587.088	440.918	146.170
Em US\$:															
Term Loan B	ago/20	6,50%	1.229.600	-	1.229.600	-	-	(1.641.390)	65.382	(97.632)	437.942	6.098	-	-	-
Financiamento de importação	jan/21	5,63%	663.979	-	663.979	25.974	-	(103.238)	41.326	(45.856)	201.474	-	783.659	783.659	-
Financiamento garantido	dez/21	9,50%	-	-	-	1.367.825	ŕ	(833.171)	36.749	(36.366)	(50.924)	-	484.113	484.113	-
Senior Notes 2022	jan/22	8,88%	12.102	313.267	325.369	-	-	(405.878)	7.052	(20.695)	92.730	1.422	-	-	-
Financiamento com garantia Ex- Im Bank	dez/22	0,92%	180.812	76.395	257.207	124.074	-	(216.829)	5.488	(4.469)	71.877	7.396	244.744	194.786	49.958
ESN	jul/24	3,75%	29.443	1.753.526	1.782.969	-	(374.994)	-	178.414	(75.486)	424.327	(416)	1.934.814	37.960	1.896.854
Spare Engine Facility	set/24	2,56%	17.551	201.084	218.635	-	-	(63.482)	8.957	(9.282)	64.670	282	219.780	22.771	197.009
Senior Notes 2025	jan/25	7,00%	75.587	2.548.472	2.624.059	37.322	-	-	235.588	(215.506)	751.423	5.951	3.438.837	98.521	3.340.316
Senior Notes 2026	jun/26	8,00%	-	-	-	952.509	-	-	1.828	-	20	1.293	955.650	1.848	953.802
Loan Facility	mar/28	4,73%	31.727	150.821	182.548	59.949	-	(33.719)	11.974	(8.969)	53.681	237	265.701	32.566	233.135
Bônus Perpétuos	-	8,75%	12.815	533.935	546.750	99.135	-	-	60.035	(60.117)	159.887	-	805.690	16.522	789.168
Total			2.543.039	5.866.802	8.409.841	3.370.960	(374.994)	(3.748.239)	698.990	(615.027)	2.207.107	28.328	9.976.966	2.353.279	7.623.687

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nossa estratégia é depender principalmente de fluxos de caixa das operações para obter capital de giro para as operações correntes e futuras. Nossos fluxos de caixa operacionais são afetados pela exigência de alguns contratos de arrendamento operacional de aeronaves, que estabelecem contas de reserva de depósito de manutenção para essas aeronaves, com fundos em níveis específicos. Os fundos serão retirados das contas de reserva de manutenção para o reembolso de certos gastos de manutenção estruturais incorridos. Acreditamos que os valores já depositados, e a serem depositados, adicionados de nossos próprios recursos de caixa, sejam suficientes para cobrir nossos custos futuros com aeronaves e manutenção, pela duração dos respectivos arrendamentos operacionais.

Financiamos o saldo do preço de aquisição das aeronaves do Boeing MAX por meio de uma combinação de fontes, tais como disponibilidades decorrentes de nossas operações, contratos de financiamento bancário a juros baixos, operações de venda e arrendamento junto ao próprio comprador (sale and leaseback), ofertas de títulos de dívida ou capital e/ou financiamento junto ao fornecedor.

A Companhia firmou em janeiro de 2022 contrato de financiamento de até US\$600 milhões com a Castlelake LP para financiar a aquisição de novas aeronaves 737 MAX 8. A transação contemplará 10 arrendamentos com opção de compra, com taxa de juros de aproximadamente 6% a.a., e 2 transações de sale-leasebacks. Os recursos originados pela transação cobrirão 100% do custo de aquisição das novas aeronaves e proverão recursos adicionais que serão direcionados para obrigações e custos de devolução das aeronaves 737 NG da GOL. Até o momento a GOL já recebeu duas aeronaves deste contrato.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Quando necessário, obtemos empréstimos para financiar nosso capital de giro, os quais podem ser garantidos por nossos recebíveis, para financiar o ciclo venda-recebimento. Temos uma posição de liquidez (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras de curto e longo prazo e contas a receber) que representava 23,0% de nossas receitas operacionais líquidas dos últimos doze meses. Também estamos comprometidos em evitar pressão de vencimento de dívidas financeiras significativas em um horizonte de dois anos, para garantir patamares saudáveis de liquidez.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Modalidade	Vencimentos	Taxa de Juros ^(*)	Moeda
Debêntures	Out/24	4,5% + CDI	Real
Capital de giro	Out/25	14,06% a.a.	Real
Term Loan	Ago/20	(**)	Dólar Americano
Financiamento garantido	Dez/21	(**)	Dólar Americano
Bônus Sênior 2022	Jan/22	(**)	Dólar Americano
Financiamento de importação	Jul/22	7,77% a.a.	Dólar Americano
Financiamento com garantia Ex-lm Bank (g)	Dez/22	2,73% a.a.	Dólar Americano
ESN	Jul/24	3,75% a.a.	Dólar Americano
Spare Engine Facility	Set/24	2,44% a.a.	Dólar Americano
Bônus Sênior 2025	Jan/25	7,00% a.a.	Dólar Americano
Bônus Sênior 2026	Jun/26	8,00% a.a.	Dólar Americano
Loan Facility	Mar/28	4,11% a.a.	Dólar Americano
Bônus Perpétuos	-	8,75% a.a.	Dólar Americano

^(*) Refere-se a taxa de juros média dos contratos em 31 de dezembro de 2021.

^(**) Em 31 de dezembro de 2021, esta operação encontrava-se liquidada.

As tabelas abaixo demonstram o cronograma de vencimento das nossas obrigações de longo prazo, decorrentes de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, em milhares de reais:

Cronograma da Dívida Financeira em					Após	Sem	
31/12/21	2023	2024	2025	2026	2026	vencimento	Total
Em R\$:							
Capital de giro	4.752	2.500	2.505	-	-	-	9.757
Debêntures	575.591	479.658	-	-	-	-	1.055.249
Em US\$:							
ESN 2024	-	1.947.463	-	-	-	-	1.947.463
Spare Engine Facility	24.595	100.511	-	-	-	-	125.106
Senior Notes 2025	-	-	3.598.981	-	-	-	3.598.981
Senior Secured Notes 2026	-	-	-	3.451.977	-	-	3.451.977
Loan Facility	34.312	35.476	36.727	78.469	33.056	-	218.040
Bônus perpétuos	-	-	-	-	-	858.843	858.843
Total	639.250	2.565.608	3.638.213	3.530.446	33.056	858.843	11.265.416

Cronograma da Dívida Financeira em					Após	Sem	
31/12/20	2022	2023	2024	2025	2025	vencimento	Total
Em R\$:							
Capital de giro	7.543	4.752	2.500	2.480	-	-	17.275
Debêntures VII	146.170	-	-	-	-	-	146.170
Em US\$:							
Financiamento com garantia Ex-lm	49.958						49.958
Bank	49.936	ı	-	ı	-	-	49.336
ESN	-	1	1.896.854	1	-	-	1.896.854
Spare Engine Facility	23.075	23.075	150.859	1	-	-	197.009
Senior Notes 2025	-	-	-	3.340.316	-	-	3.340.316
Senior Notes 2026	-	-	-	-	953.802	-	953.802
Loan Facility	30.936	31.961	33.039	34.197	103.002	-	233.135
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	789.168	789.168
Total	257.682	59.788	2.083.252	3.376.993	1.056.804	789.168	7.623.687

Cronograma da Dívida Financeira em					Após	Sem	
31/12/19	2021	2022	2023	2024	2024	vencimento	Total
Em R\$:							
Debêntures VII	289.302	-	-		-	-	289.302
Em US\$:							
Linha de crédito - manutenção de							
motores	95.574	17.747	17.747	146.411	-	-	277.479
Bônus Sênior IV	-	313.267	-	ı	•	-	313.267
ESN		1		1.753.526	-	-	1.753.526
Bônus Sênior VIII	-	-	-	-	2.548.472	-	2.548.472
Empréstimos com garantia de motores	18.377	19.052	19.769	20.522	73.101	-	150.821
Bônus Perpétuos	-		-	-	-	533.935	533.935
Total	403.253	350.066	37.516	1.920.459	2.621.573	533.935	5.866.802

A seguir descrevemos os nossos contratos financeiros relevantes vigentes em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Exchangeable Senior Notes ("ESN")

A Companhia por meio da GOL Equity Finance ("emissora"), uma sociedade de propósito específico constituída de acordo com as leis de Luxemburgo, emitiu em 2019, *Exchangeable Senior Notes* ("ESN"), com vencimento em 2024, sobre os quais incidirão juros nominais de 3,75% a.a., a serem pagos semestralmente. Tal operação foi garantida pela Companhia e pela controlada GLA.

Os detentores dos títulos terão o direito de permutá-los por American Depositary Shares ("ADSs") onde cada uma representando duas ações preferenciais da GOL. A taxa inicial de permuta dos títulos é de 49,3827 ADSs por US\$1mil do valor principal dos títulos o que equivale a um preço inicial de permuta de aproximadamente US\$20,25 por ADS e representa um prêmio de permuta de aproximadamente 35% acima do preço da oferta

pública inicial das ADSs vendidas na oferta simultânea de ADSs descrita abaixo, que foi US\$15,00 por ADS. A taxa de permuta dos títulos está sujeita a ajuste no momento de ocorrência de determinados eventos.

A liquidação dos títulos poderá ser efetuada em dinheiro, ADSs ou por meio da combinação de ambos.

As captações efetuadas no âmbito dessa operação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão apresentadas a seguir:

Valores em US\$ m	Valores em US\$ mil								
Data	Emissão nominal	Ágio	Custo atribuído ao componente dívida	Custo atribuído ao componente derivativo	Capped Call	Captação Líquida			
26/03/2019	300.000	-	(12.179)	(6.533)	(26.190)	255.098			
17/04/2019	45.000	-	(3.862)	(1.463)	(3.929)	35.746			
17/07/2019	80.000	16.000	(2.123)	(2.247)	(9.680)	81.950			
	425.000	16.000	(18.164)	(10.243)	(39.799)	372.794			

Valores em R\$ mil						
Data	Emissão nominal	Ágio	Custo atribuído ao componente dívida	Custo atribuído ao componente derivativo	Capped Call	Captação Líquida
26/03/2019	1.169.010	-	(47.067)	(25.248)	(101.214)	995.481
17/04/2019	177.539	-	(14.870)	(5.760)	(15.499)	141.410
17/07/2019	301.192	60.194	(7.987)	(8.453)	(36.444)	308.502
	1.647.741	60.194	(69.924)	(39.461)	(153.157)	1.445.393

Adicionalmente, a emissora realizou operações privadas de derivativos ("Capped call") com alguns dos subscritores dos títulos e/ou outras instituições financeiras ("contrapartes"), com as quais se espera, de forma geral, reduzir a potencial diluição das ações preferenciais e das ADSs da GOL diante da permuta de quaisquer títulos e/ou compensar quaisquer pagamentos em dinheiro exigidos da emissora que superem o valor principal dos títulos permutados, conforme o caso, sendo que tal redução ou compensação estará sujeita a um limite baseado no preço máximo. O preço máximo das operações privadas da capped call será de aproximadamente US\$27,75 por ADS (o que representa um prêmio de aproximadamente 85% acima do preço da oferta pública inicial dos ADSs vendidos na oferta simultânea de ADSs).

Em 31 de dezembro de 2021, a parcela correspondente a opção de conversão dos títulos em ações a valor de mercado corresponde a R\$162,6 milhões.

Financiamento com garantia Ex-lm Bank

Em 14 de fevereiro de 2014 a Companhia, por meio de sua controlada GLA, emitiu a terceira série de Guarantee Notes ("Notas Garantidas") para financiamento de manutenção de motores, com garantia financeira do Ex-Im Bank, com taxa de juros de 0,90% a.a. no montante de R\$92,2 milhões (US\$40,5 milhões na data da captação), com amortização trimestral do valor principal e os juros mensais, com os custos de emissão de US\$2,2 mil (R\$5,2 mil na data da captação). Esta série possuía prazo de vencimento de 2 anos, com vencimento em 14 de fevereiro de 2016.

Em 13 de março de 2015, a controlada GLA obteve um financiamento para manutenção de motores no montante de R\$130.795 (US\$40.539 na data da captação) com taxa de juros de 0,983% a.a. com amortização e pagamentos de juros trimestrais, e custos de emissão de R\$4.198 (US\$1.334 na data da captação) e garantia financeira do Export-Import Bank of the United States ("Ex-Im Bank"). Esta série possuía prazo de vencimento de 3 anos, com vencimento em agosto de 2019.

Em junho de 2020, a controlada GLA captou uma nova linha de financiamento para realização de serviços de manutenção de motores, com caixa restrito cedido como garantia financeira do Ex-Im Bank. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da	Prin	cipal	Cus	stos	Taxa de	Data de
Operação	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil) (R\$ mil)		juros (a.a.)	vencimento
19/06/2020	25.000	129.263	1.003	5.189	Libor 6M + 0,6%	23/12/2022

O saldo total das séries referente ao financiamento registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2021 era de R\$99,4 milhões.

Financiamento garantido

Em agosto de 2020, a Companhia captou junto a Delta Airlines um financiamento bilateral com a garantia de ações Smiles e outros ativos no valor de U\$250 milhões correspondente a R\$1.367,8 milhões na data da captação.

Data da	Principal		Taxa de	Data de
Operação	(US\$ mil) (R\$ mil)		juros (a.a.)	Original
31/08/2020	250.000	1.367.825	9,50%	30/12/2021

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia liquidou integralmente os valores devidos desta operação.

Spare Engine Facility

Em 2018, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, realizou captação de financiamento por meio da emissão de Guaranteed Notes (Notas garantidas) para a realização de serviços de manutenção de motores. As informações acerca de tal financiamento estão apresentadas a seguir:

Data da	Principal		Custos		Taxa de	Vencimento
Operação	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)	juros (a.a.)	Original
27/03/2018	10.503	34.928	603	2.005	Libor 3M + 0,75%	24/01/2020
04/05/2018	10.463	36.951	567	2.001	Libor 3M + 0,75%	24/03/2020
29/06/2018	10.299	39.710	399	1.538	Libor 3M + 0,75%	29/04/2020
29/08/2018	10.301	42.597	401	1.658	Libor 3M + 0,75%	30/06/2020
30/11/2018	10.203	39.417	303	1.170	Libor 3M + 0,75%	30/09/2020

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, renegociou postergação de vencimentos de contratos desta modalidade, com alterações na taxa de juros e a manutenção de garantias das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$24,7 milhões e R\$125,1 milhões, respectivamente.

Financiamentos de importação (Finimp)

Os financiamentos de importação tratam-se de linhas de crédito junto a bancos privados, utilizadas para financiamento de importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos.

As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da Operação	Monta	ante	Taxa de
Novas captações	(US\$ mil)	(R\$ mil)	Juros (a.a.)
24/01/2019	6.454	24.409	6,57%
04/02/2019	5.924	21.777	6,52%
21/02/2019	7.069	26.576	6,46%
18/04/2019	7.045	27.737	4,98%
05/07/2019	4.334	16.560	5,93%
20/08/2019	3.396	13.729	4,37%
19/11/2019	7.172	30.446	4,46%
18/12/2019	735	2.980	5,74%
19/02/2020	5.920	25.974	4,07%

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, renegociou postergação de vencimentos de contratos desta modalidade, com alterações na taxa de juros e a manutenção de garantias das operações.

O saldo total em aberto destas operações registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2021 era de R\$138,0 milhões.

Loan Facility

Em 31 de agosto de 2017, a Companhia realizou captação de empréstimo com garantia de 4 motores próprios da Companhia no montante de R\$ 84,3 milhões (US\$26,8 milhões na data da captação) e custo de emissão R\$512 mil (US\$161 mil na data da captação). Em 28 de junho de 2018, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, realizou captação de um financiamento com garantia de 1 motor próprio da Companhia no montante de R\$43.913 (US\$11.400 na data da captação) e custo de emissão R\$578 (US\$150 na data da captação). Nessa modalidade, o financiamento possui pagamento e amortização de juros mensais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, realizou captações de financiamentos com garantia de motores próprio da Companhia. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da	Principal		Cus	tos	Taxa de	
Operação	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)	Juros (a.a.)	
20/03/2020	12.000	60.847	177	898	Libor 1M + 3.33%	

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, renegociou alterações nos fluxos de pagamento dos contratos desta modalidade, com um custo adicional para as parcelas postergadas.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$50,5 milhões e R\$218,0 milhões, respectivamente.

Debêntures

Em 29 de outubro de 2018, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, emitiu 88.750 debentures simples, não conversíveis em ações, da 7ª série no montante total de R\$887,5 milhões e custos de emissão de R\$28.739, amortizados ao longo do período da dívida. Os recursos captados foram utilizados exclusivamente para a liquidação antecipada pelo valor de face da 6ª série de debêntures que como consequência, tiveram seus custos integralmente baixados no resultado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia realizou renegociações relacionadas a alteração no vencimento das séries, cláusulas de vencimento antecipado e na remuneração destas

debêntures. Em 26 de outubro de 2021 foi realizada a recompra de 4.250 debêntures da 7ª emissão, totalizando o valor de R\$28.333.

Em 25 de outubro de 2021 foi realizada a 8ª emissão de debêntures utilizados integralmente para refinanciar a dívida de curto prazo de linhas de crédito de financiamento de importação e para capital de giro, no importe de R\$620.217 e remuneração de CDI + 4,50% a.a.. Esta emissão terá vencimento em 27 de outubro de 2024 e os pagamentos de principal e juros serão mensais, após período de carência de 1 (um) ano para principal e de 6 (seis) meses para juros.

Data da	R\$	mil	Taxa de	Data de
Operação	Principal Custos e deságio		juros (a.a.)	Vencimento
25/10/2021	610.217	35.645	CDI + 4,50%	27/10/2024

Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado no passivo circulante e não circulante, referente as debêntures da 7ª e 8ª emissões, era de R\$109,5 milhões e R\$1.055,2 milhões, respectivamente.

Bônus Sênior

Em 24 de setembro de 2014, a Companhia por meio de sua controlada Gol Finance (anteriormente denominada GOL LuxCo S.A.), emitiu bônus sênior no valor de R\$796,6 milhões (US\$325,0 milhões na data da captação) com garantia fidejussória da Companhia. Estes bônus sênior tem vencimento em 2022, com pagamento de juros semestrais de 8,875% a.a.. Os recursos captados foram utilizados primordialmente para recompra parcial de títulos de dívida emitidos no exterior com vencimentos em 2017, 2020 e 2023. O montante de R\$776,7 milhões corresponde aos recursos captados, líquidos dos custos de R\$19,9 milhões. Tais custos correspondem a gastos com elaboração de prospectos e relatórios de R\$9,6 milhões e taxas no montante de R\$10,3 milhões. Os bônus sênior podem ser resgatados pelo valor de face após 4 anos da data de emissão. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante devido desta operação foi integralmente liquidado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou ofertas de permutas privadas dos Sênior Notes com vencimentos em 2017, 2020, 2022, 2023 e Bônus Perpétuos com o objetivo de reestruturar sua dívida. Consequentemente, foram emitidas, por meio da subsidiária Gol Finance (anteriormente denominada GOL LuxCo S.A.), novas dívidas com descontos previstos no âmbito da oferta, gerando para a Companhia uma redução em seu endividamento.

Em 11 de dezembro de 2017, a Companhia por meio de sua controlada Gol Finance (anteriormente denominada GOL LuxCo S.A.), emitiu uma série de bônus sênior com vencimento em 2025, no valor de R\$1.642.000 (US\$500.000 na data da captação), com custos de emissão de R\$45.172 (US\$ 17.283 na data da captação). Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia por meio de sua controlada Gol Finance, realizou a emissão adicional do Bônus Sênior VIII com vencimento em 2025, no valor de R\$486.735 (US\$150 milhões na data da captação), com custos de emissão de R\$8.578 (US\$2.873 na data da captação). Os Bônus Sênior têm como garantia o aval da Companhia com pagamento de juros semestrais de 7.00% a.a. Os recursos captados têm o propósito de serem utilizados para recomprar de outros Bônus e para propósitos corporativos em geral. Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$3.599,0 milhões, além de juros a pagar registrado no passivo circulante de R\$105,8 milhões.

Em dezembro de 2020, a Companhia realizou uma captação de um *Senior Secured Notes* com vencimento em junho de 2026 e garantidas por alienações fiduciárias de certos ativos: (i) substancialmente toda a propriedade intelectual da Companhia, incluindo patentes, marcas registradas, nomes de marcas e domínios; e (ii) as peças de reposição (spare parts) de aeronaves da GLA.Em maio e setembro de 2021, a Companhia realizou duas novas captações de Senior Secured Notes, como emissões adicionais e consolidadas das Senior Secured Notes emitidas em dezembro de 2020. As captações efetuadas no âmbito dessa operação estão apresentadas a seguir:

Data da	Principal		Cust	tos	Taxa de	Data de
operação	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)	juros (a.a.)	vencimento
23/12/2020	200.000	1.039.340	16.750	86.831	8,00%	30/06/2026
11/05/2021	300.000	1.569.660	11.997	62.784	8,00%	30/06/2026

28/09/2021	150.000 815.910	10.210 5	55.140 8,00%	30/06/2026
------------	-----------------	----------	--------------	------------

Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado no passivo não circulante do *Senior Secured Notes* 2026 era de R\$3.452,0 milhões.

Bônus Perpétuos

Em 05 de abril de 2006, a Companhia, por meio de sua controlada GOL Finance (anteriormente denominada GOL LuxCo S.A.), captou recursos mediante emissão de bônus perpétuos denominados em Dólares norte-americanos no valor nominal US\$200 milhões com garantia fidejussória da Companhia e da controlada GLA. Os bônus perpétuos não têm vencimento determinado, e podem ser resgatados pelo valor de face após o decurso de cinco anos da data de emissão, com juros de 8,75% a.a. Os recursos captados são para financiamento de aquisição de aeronaves e financiamentos bancários com garantia do U.S. Ex-Im Bank. Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado no passivo circulante, referente a juros, e não circulante era de R\$17,7 milhões e R\$858,8 milhões, respectivamente.

Emissão de crédito com garantia fidejussória (Term Loan):

Em 31 de agosto de 2015, a Companhia, por meio de sua controlada Gol Finance (anteriormente denominada GOL LuxCo S.A.), emitiu uma dívida no valor de R\$1.191,9 milhões (US\$300 milhões na data de captação) com custos de emissão de R\$48,7 milhões (US\$12,3 milhões na data da captação) por meio do banco Morgan Stanley, com prazo de vencimento em 5 anos e taxa contratual de juros de 6,5% a.a. A Companhia contou com a garantia fidejussória adicional ("Backstop Guaranty") concedida pela Delta. Em contrapartida, apartado ao instrumento, a Companhia concedeu como garantia à Delta o penhor de ações ordinárias emitidas pela Smiles e de titularidade da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, esta dívida foi integralmente liquidada com liberação das garantias.

Capital Giro

Em 2020 e 2021, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, captou recursos nesta modalidade, com o objetivo de manutenção e gestão de capital de giro da companhia. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da	R\$ mil	Taxa de	Data de
operação	Principal	juros (a.a.)	vencimento
20/04/2020	21.195	8,52%	20/07/2020
20/04/2020	72.000	10,03%	20/07/2020
20/04/2020	94.830	8,99%	18/08/2020
08/05/2020	147.871	CDI + 6,90%	07/08/2020
11/05/2020	10.013	8,60%	10/08/2020
13/05/2020	24.000	CDI + 8,00%	12/03/2021
15/05/2020	254.468	CDI + 2,50%	09/11/2020
07/10/2020	59.795	8,58%	07/12/2020
23/10/2020	10.000	6,90%	23/10/2025
26/11/2020	10.000	10,69%	19/05/2023
15/10/2021	40.000	CDI + 6,80%	13/04/2022

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, renegociou vencimentos de contratos desta modalidade, com a manutenção das garantias das operações, tais renegociações tiveram como principal alteração a data de vencimento e taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$48,2 milhões e R\$9,8 milhões, respectivamente.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, não possuíamos qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a lei 11.101 de 2005:

- 1. Obrigações sociais e trabalhistas;
- 2. Impostos a recolher;
- 3. Arrendamento (garantia real);
- 4. Empréstimos e financiamentos;
- 5. Créditos quirografários;
- 6. Créditos subordinados;
- 7. Dividendos e juros sobre capital próprio.

Nos nossos contratos de arrendamento financeiro, o arrendador tem prioridade, em relação aos demais credores, na recuperação da aeronave, nos termos do contrato aplicável.

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia possui cláusulas restritivas (covenants) nas Debêntures e na Senior Secured Notes 2026.

Após a renegociação das debêntures, a obrigatoriedade de mensuração dos indicadores previstos nas escrituras da 7º e 8º emissão será a partir de dezembro de 2022.

No âmbito da Senior Secured Notes 2026, a Companhia possui a observância de cumprir com condições de garantias relacionadas a peças de estoque e propriedade intelectual. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía peças e equipamentos da GLA em garantia referente a esse contrato que satisfaziam as condições contratuais.

PÁGINA: 29 de 57

(v) Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de arrendamentos a pagar é composto por: (i) R\$28.440 referente a pagamentos variáveis e arrendamentos de curto prazo, os quais se enquadram na isenção prevista no CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16 (R\$16.252 em 31 de dezembro de 2020); e (ii) R\$10.734.544 referente ao valor presente nesta data dos pagamentos futuros de arrendamentos (R\$7.567.940 em 31 de dezembro de 2020).

A composição e a movimentação do valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos estão apresentadas a seguir:

	2020									2021			
Control of the Contro	Taxa média ponderada (a.a.)	Circulante	Não circulante	Total	Adições	Alteração contratual	Pagamentos	Pagamento (Depósito em garantia)	Juros incorridos	Variação cambial	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em R\$:			ı					1	1	1			1
Arrendamentos sem opção de	11 500/	22 520	14.005	47.545	1 210	4 542	(17.505)		F 350		20,000	20.456	0.552
compra	11,56%	32.530	14.985	47.515	1.218	1.512	(17.596)	-	5.359	-	38.008	29.456	8.552
Cardania and USC													
Contratos em US\$:		<u> </u>				1	1	1	1	1			
Arrendamentos sem opção de compra	10,00%	1.268.226	6.252.199	7.520.425	2.503.750	749.166	(1.431.689)	(37.565)	875.267	517.182	10.696.536	1.999.791	8.696.745
Total arrendamentos		1.300.756	6.267.181	7.567.940	2.504.968	750.678	(1.449.285)	(37.565)	880.626	517.182	10.734.544	2.029.247	8.705.297

			2019							2020					
	Taxa média ponderada (a.a.)	Circulante	Não circulante	Total	Adições	Baixas	Alteração contratual	Pagamentos	Pagamento (Depósito em garantia)	Juros incorridos	Pagamento de juros	Variação cambial	Total	Circulante	Não circulante
Em R\$:															
Arrendamentos sem opção de compra	12,92%	21.781	23.026	44.807	5.189	-	399	(15.044)	_	12.164	-	-	47.515	32.530	14.985
Total		21.781	23.026	44.807	5.189	-	399	- (15.044)	-	12.164	-	-	47.515	32.530	14.985
Em US\$:															
Arrendamentos com opção de compra	3,75%	128.936	419.894	548.830	-	(618.486)	-	(26.049)	-	4.592	(4.530)	95.643	-	-	-
Arrendamentos sem opção de compra	8,55%	1.253.995	4.205.148	5.459.143	449.059	(85.678)	220.849	(1.017.599)	(44.736)	798.202	-	1.737.614	7.520.425	1.268.226	6.252.199
Total		1.382.931	4.625.042	6.007.973	449.059	(704.164)	220.849	(1.043.648)	(44.736)	802.794	(4.530)	1.833.257	7.520.425	1.268.226	6.252.199
Total arrendamentos		1.404.712	4.648.068	6.052.780	454.248	(704.164)	221.248	(1.058.692)	(44.736)	814.958	(4.530)	1.833.257	7.567.940	1.300.756	6.267.181

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia dispõe da possibilidade de contratação de linhas de créditos junto a instituições financeiras e bancos para financiamento do capital de giro e para investimento em nosso negócio.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras apresentadas foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas, elaboradas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS que refletem adequadamente os resultados de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial nos respectivos períodos.

As informações incluídas neste item 10 relativas ao nosso setor de atividade, indicadores financeiros do setor, bem como as estimativas a respeito de participações de mercado, foram obtidas por meio de levantamentos internos, informações públicas e publicações sobre o setor. Foram incluídas informações de relatórios elaborados por fontes públicas oficiais, como o Banco Central do Brasil (BACEN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), dentre outras. As informações que constam dessas publicações são extraídas de fontes consideradas confiáveis, mas não podemos garantir a exatidão e a integridade dessas informações. Os referidos levantamentos internos e estimativas não foram objeto de comprovação independente.

Cenário Econômico Brasileiro

Como somos uma companhia aérea brasileira com operações primárias no mercado interno brasileiro, somos afetados pelas condições macroeconômicas brasileiras. O crescimento econômico brasileiro é um indicador importante na determinação do nosso crescimento e dos resultados das operações.

A evolução da pandemia COVID-19 em 2020 e 2021 teve um impacto severo e adverso na economia global e no ambiente macroeconômico brasileiro, o que resultou em uma depreciação acentuada do real e levou a uma redução significativa da demanda por viagens aéreas globalmente e no Brasil.

Somos materialmente afetados pelas flutuações cambiais, especialmente na taxa de câmbio dólar/real dos EUA. Em 2020 e 2021, 36,5% e 46,7%, respectivamente, dos nossos custos e despesas operacionais foram denominados em dólares americanos ou, como tal, sujeitos a variações cambiais.

A inflação também nos afeta e provavelmente continuará a fazê-lo. Em 2020 e 2021, 63,5% e 53,3% dos nossos custos e despesas operacionais foram denominados em reais, respectivamente, e muitos de nossos fornecedores e prestadores de serviços geralmente aumentam seus preços para refletir as taxas de inflação brasileiras.

Indicadores Econômicos	2021	2020	2019
Crescimento do PIB	4,6%	(4,1)%	1,1%
Inflação (IGP-M) (1)	17,8%	23,1%	7,3%
Inflação (IPCA) (2)	10,1%	4,5%	4,3%
Taxa CDI (3)	9,2%	1,9%	4,4%
Taxa LIBOR (4)	0,2%	0,2%	1,9%
Depreciação média do Real vs. Dólar norte-americano	(7,4)%	(28,9)%	(4,0)%
Taxa de câmbio no final do período	R\$5,581	R\$5,197	R\$4,031
Taxa de câmbio média (5)	R\$5,396	R\$5,158	R\$3,945
Preço do West Texas intermediate (WTI) final do período (por barril)	US\$75,21	US\$48,40	US\$61,06
Aumento (diminuição) do preço final do WTI por barril	55,4%	(20,7)%	34,5%
Preço do WTI médio do período (por barril)	U\$\$67,34	U\$\$39,13	US\$57,03
Aumento (diminuição) do preço médio do WTI por barril	72,1%	(31,4)%	(12,1)%

Fontes: Banco Central do Brasil, FGV, IBGE e Bloomberg.

⁽¹⁾ A inflação expressa pelo IGP-M é o índice geral de preços do mercado mensurado pela Fundação Getúlio Vargas;

⁽²⁾ A inflação expressa pelo IPCA é o índice nacional de preços ao consumidor amplo mensurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

- (3) O CDI é o certificado de depósito interbancário (anualizado e acumulado pelos períodos findos);
- (4) LIBOR de três meses expressas em dólares norte-americanos com a cotação de final de período;
- (5) Representa a média das taxas de câmbio de final de período de cada mês.

A tabela a seguir apresenta nossos principais indicadores financeiros e operacionais em 2021, 2020 e 2019.

Informações Operacionais	2021	2020	2019
Passageiros-quilômetro transportados (RPK) (em	22.237	20.128	41.863
milhares)			
Assento-quilômetro oferecido - ASK (em milhares)	27.132	25.144	51.065
Taxa de Ocupação (%)	82,0%	80,1%	82,0%
Uso de Aeronave (hora-bloco por dia)	10,0	9,6	12,3
Yield Líquido por Passageiro/km (em centavos)	30,9	28,7	31,2
Receita Operacional por Assento-quilômetro	27,4	25,3	27,2
Oferecido, Líquido (em centavos)			
Custo Operacional por assento-quilômetro	41,5	29,1	23,0
Disponível			
(em centavos)			
Receita Operacional Líquida (em milhões)	7.433,4	6.371,8	13.864,7
Custo e Despesa Operacional (em milhões)	(11.268,0)	(7.323,2)	(11.732,0)
Margem Operacional (%)	(51,5)%	(14,9)%	15,4%
Lucro (Prejuízo) Líquido (em milhões)	(7.183,8)	(5.988,1)	(117,3)

A tabela abaixo mostra a composição de nossos dados e despesas operacionais com base nos assentosquilômetro oferecidos em 2021, 2020 e 2019.

Custo por ASK (R\$/centavos)	2021	2020	2019
Com pessoal	(7,50)	(6,38)	(4,62)
Combustíveis e lubrificantes	(9,70)	(8,06)	(7,93)
Tarifas de pouso e decolagem	(1,68)	(1,63)	(1,49)
Prestação de serviços	(3,37)	(2,88)	(1,39)
Gastos com passageiros	(2,03)	(1,55)	(1,13)
Comerciais e publicidade	(1,50)	(1,29)	(1,31)
Manutenção e reparo	(8,11)	(1,34)	(1,11)
Depreciação e amortização	(4,92)	(4,40)	(3,38)
Outras	(2,72)	(1,61)	(0,61)
Custo por ASK (CASK)	(41,53)	(29,13)	(22,97)
Custo por ASK excluindo combustíveis (CASK excomb.)	(31,85)	(17,36)	(15,05)

Comparação dos resultados operacionais e financeiros nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Nosso prejuízo operacional em 2021 foi de R\$3.834,6 milhões, comparado a um lucro operacional de R\$951,8 milhões em 2019 e a um lucro operacional de R\$2.132,7 milhões em 2018. Nossa margem operacional em 2021 foi negativa em 51,6%, um retrocesso frente à margem de 14,9% em 2020 e um avanço frente à margem de 15,4% em 2019. Em 2021, 2020 e 2019 registramos prejuízo líquido de R\$7.183,8 milhões, R\$5.895,2 milhões e R\$179,3 milhões, respectivamente.

Receitas Operacionais Líquidas

As receitas operacionais líquidas de 2021 aumentaram 16,7% e atingiram R\$7.433,4 milhões. Em 2020 foram de R\$6.371,8 milhões, aumento de 46,0% em relação a 2019.

Em 2021, nossa receita operacional por assento-quilômetro oferecido ("RASK") apresentou um aumento de 8,1%, saindo dos R\$25,34 centavos em 2020 para R\$27,40 centavos em 2021, devido ao aumento da demanda no mercado doméstico de viagens de lazer e ao aumento do *yield*.

Em 2020, o RASK apresentou uma diminuição de 8,3%, saindo dos R\$27,40 centavos em 2019 para R\$25,3 centavos em 2020.

Nossa receita por passageiro por assento-quilômetro oferecido ("PRASK") totalizou R\$25,40 centavos, um aumento de 10,4% frente aos R\$23,00 centavos de 2020.

Custos e Despesas Operacionais

Em 2021, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$11.268,0 milhões, aumento de 53,9% em relação ao ano anterior, principalmente devido a: (i) aumento no preço médio por litro de combustível, (ii) aumento significativo nos custos de manutenção e despesas relacionadas à nossa transformação acelerada da frota e ao nosso retorno das aeronaves Boeing 737-700/800 Next Generation; e (iii) a depreciação do real contra o dólar americano, que nos afeta negativamente aumentando nossos custos operacionais e despesas denominadas ou vinculados a dólares americanos (incluindo combustível). Além disso, em 2020, registramos um ganho de R\$551,9 milhões com operações de *sale-leaseback* referentes a 11 aeronaves.

Em 2020, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$7.323,2 milhões, diminuição de 37,6% em relação ao ano anterior, principalmente: (i) diminuição de 32% das despesas com pessoal; (ii) diminuição dos gastos de depreciação e amortização em 37%; (iii) apreciação da cotação média do dólar americano frente ao Real de 7,9%; e (iv) resultado com venda de 25 aeronaves em 2018, em comparação com a venda de 1 aeronave em 2019.

Os gastos com salários e benefícios com pessoal no ano de 2021 totalizaram R\$2.034,1 milhões, uma alta de 15,2% frente ao ano anterior principalmente devido ao término das renegociações de emprego temporário que implementamos no contexto da pandemia COVID-19, com o consequente retorno às horas e salários integrais, bem como reajustes salariais dos funcionários considerando a inflação. Os salários por ASK aumentaram 6,8%. Em 31 de dezembro de 2021, tínhamos 15.002 funcionários totais, representando um aumento de 1,3% em relação a 31 de dezembro de 2020.

Salários e benefícios com pessoal no ano de 2020 registrou R\$1.765,6 milhões comparado a R\$2.361,3 milhões em 2019, principalmente devido à adesão da Companhia à Lei 14.020/20, o que possibilitou a diminuição de salários na mesma proporção a jornada, bem como suspensão temporária de contratos de trabalho.

Os custos com combustível e lubrificantes em 2021 somaram R\$ 2.631,9 milhões, um aumento de 29,9% frente ao ano anterior, principalmente, devido ao aumento de 37,6% no preço médio do litro de QAV e ao aumento de 3,8% no consumo de combustível em relação a 2020. Os gastos com combustível por ASK aumentaram 20,4% devido ao aumento do preço médio do QAV, o que foi parcialmente compensado por uma redução de 3,8% no consumo de combustível por ASK.

Os custos com combustíveis e lubrificantes em 2020 somaram R\$2.025,7 milhões comparado a R\$4.047,3 milhões em 2019, uma diminuição de 50% decorrente principalmente da queda no consumo de combustível e redução de 8,6% no preço médio por litro que foi de R\$ 2,79 em 2019 para R\$ 2,55 em 2020.

As despesas com tarifas de pouso e decolagens em 2021 foram de R\$456,1 milhões, aumento de 10,9% comparado a 2020, principalmente devido ao aumento da demanda e decolagens. As taxas de desembarque por quilômetro de assento disponível aumentaram 2,8%, devido ao reajuste médio em determinadas taxas de pouso, navegação e permanência no mercado interno.

As despesas com tarifas de pouso e decolagens em 2020 foram R\$411,1 milhões, inferior em 45,9% a 2019 (R\$759,8 milhões em 2019), devido basicamente a readequação da malha aérea da Companhia decorrente da redução da demanda pela pandemia.

As despesas com prestação de serviços registraram R\$915,4 milhões em 2021, aumento de 26,6% frente a 2020, devido aos serviços de assistência e consultoria que foram suspensos em 2020 e retomados em 2021, além de novos investimentos em tecnologia. As despesas com manutenção de aeronaves, tráfego e quilometragem por quilômetro de assento disponível aumentaram 17,3% pelos mesmos motivos.

As despesas com prestação de serviços registraram R\$723,2 milhões em 2020, aumento de 2,2% frente a 2019 (R\$707,4 milhões em 2019), devido principalmente a investimentos em tecnologia, local e internacional, parcialmente compensado por uma redução em serviços de assessoria e consultoria.

As despesas com gastos de passageiros registraram aumento de 40,9% frente a 2029, no total de R\$549,5 milhões em 2021, principalmente devido ao aumento dos custos de acomodação e crescimento no número de voos operados nos termos de nosso acordo com a VoePass Linhas Aéreas e a MAP Linhas Aéreas para ampliar nossa participação no mercado em rotas regionais. As despesas com o serviço de passageiros por quilômetro de assento disponível aumentaram 30,6% pelos mesmos motivos.

As despesas com gastos de passageiros registraram R\$390,0 milhões em 2020 comparado a R\$578,7 milhões em 2019, uma redução de 32,6%, principalmente devido redução da operação através da readequação da malha aérea da Companhia.

As despesas com comerciais e publicidade de 2021 aumentaram 25,4% no ano, totalizando R\$406,6 milhões, devido ao aumento das campanhas de marketing e *charge-back* de cartões de crédito. As despesas de vendas e marketing por quilômetro de assento disponível aumentaram 16,2% pelos mesmos motivos.

As despesas com comerciais e publicidade de 2020 diminuíram 51,6% no comparativo com 2019, totalizando R\$324,2 milhões no ano (R\$670,4 milhões em 2019), devido principalmente aos esforços contínuos da Companhia em readequar sua estrutura de custos a patamares mais eficientes quando comparado ao período pré-pandemia.

As despesas com manutenção, materiais e reparos totalizaram em 2021 em R\$2.200,6 milhões, um aumento de 555,1% frente a 2020, no qual estas despesas totalizaram R\$335,9 milhões, principalmente devido à provisão registrada em relação à aceleração da transformação da frota e aos valores estimados para o retorno das aeronaves Boeing 737 Next Generation de acordo com as condições previstas contratualmente. As despesas com manutenção, materiais e reparos por quilômetro de assento disponível serão alteradas de R\$1,34 centavos em 2020 para R\$8,11 em 2021 pelos mesmos motivos.

As despesas com manutenção, materiais e reparos totalizaram em 2020 em R\$335,9 milhões, uma queda de 41,0% frente a 2019, quando estas despesas totalizaram R\$569,2 milhões, devido a provisões de devolução de aeronaves em 2020 e reversões de provisão de manutenção em 2019 que não se realizaram em 2020.

As despesas com depreciação e amortização registraram R\$1.335,8 milhões em 2021, ou diminuição de 28,6% na comparação anual, devido à diminuição do uso de aeronaves e, consequentemente, à redução nas manutenções dado o contexto de operações reduzidas. As despesas de depreciação e amortização por quilômetro de assento disponível diminuíram 33,8% devido aos mesmos motivos e ao aumento dos quilômetros disponíveis.

As despesas com depreciação e amortização registraram R\$1.870,6 milhões em 2020, em comparação a R\$1.728,0 em 2019, basicamente devido a um aumento no prazo médio dos contratos de arrendamento e a movimentação de aeronaves na frota.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas passaram de uma receita de R\$ 523,0 milhões em 2020 para uma despesa de R\$ 738,1 milhões em 2021, principalmente devido a (i) ganhos em transações de sale leaseback relativas a 11 aeronaves em 2020; (ii) reembolso de despesas incorridos devido ao aterramento de aeronaves Boeing 737-MAX; e (iii) aumento em 2021 em outras despesas relacionadas a reclamações trabalhistas e fiscais. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas por assento-quilômetro oferecido, passaram de uma receita de R\$ 2,08 centavos em 2020 para uma despesa de R\$ 2,72 centavos em 2021 pelos mesmos motivos.

Outras despesas operacionais (compostas principalmente por diárias, despesas de viagem e hospedagem de tripulação, locação de equipamentos e despesas gerais e administrativas) registraram R\$317,8 milhões de despesas em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado financeiro

Em 2021, o resultado financeiro líquido registrou R\$3.541,6 milhões negativos, frente aos R\$4.865,4 milhões negativos em 2020. Em 2021, a GOL contabilizou perdas com variações cambiais de R\$1.561,5 milhões, enquanto em 2020 foram contabilizadas perdas com variações cambiais de R\$ 3.056,2 milhões.

Em 2020, o resultado financeiro líquido registrou R\$4.865,4 milhões negativos (R\$1.743,8 milhões negativos em 2019), frente aos R\$1.743,8 milhões negativos em 2019. Em 2020, a GOL contabilizou perdas com variações cambiais de R\$3.056,2 milhões, enquanto em 2019 foram contabilizadas perdas com variações cambiais de R\$385,1 milhões.

Tributação sobre a renda

O imposto de renda e contribuição social em 2021 foram positivos de R\$192,4 milhões, frente à despesa de R\$78,0 milhões registrada em 2020. Principalmente devido à redução de R\$ 219,2 milhões em passivos fiscais diferidos relacionados a diferenças temporárias, sendo R\$ 119,1 milhões em provisões para processos judiciais e R\$ 120,0 milhões em provisões para devolução de aeronaves e motores. Nossa alíquota efetiva passou de 2,6% em 2020 para (1,3) % em 2021, devido às diferenças temporárias no passivo tributário diferido descrito acima e uma redução de R\$ 46,7 milhões no imposto de renda corrente e contribuição social decorrente da fusão da Smiles.

A despesa de imposto de renda em 2020 foi de R\$78,0 milhões, representando variação de R\$131,6 milhões frente ao registrado em 2019, quando a despesa foi de R\$209,6 milhões. O resultado deve-se, principalmente ao reconhecimento de prejuízos fiscais e contribuição social sobre diferenças temporárias em 2019.

Nosso prejuízo operacional em 2020 foi de R\$951,8 milhões, comparado a um lucro operacional de R\$2.132,7 milhões em 2019. Nossa margem operacional em 2020 foi negativa em 14,9%, um retrocesso frente a margem de 15,4% em 2019. Em 2020 registramos prejuízo de R\$5.895,2 milhões, em comparação ao lucro líquido de R\$179,3 milhões em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia em 2021, 2020 e 2019

descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A nossa receita líquida total é decorrente da receita de transporte de passageiros, da nossa venda a bordo, taxas de remarcação, reembolso e cancelamento de passagens, também pelas receitas advindas do "GOL+ Conforto" no mercado doméstico e nos voos internacionais, e das receitas auxiliares que compreendem as receitas de cargas, do nosso programa de milhagem Smiles (ex-GOL), prestação de serviços de manutenção de aeronaves e componentes, dentre outros.

• fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossos resultados operacionais em 2021 foram afetados pelos seguintes fatores-chave:

<u>Aumento da receita operacional:</u> A GOL apresenta uma receita líquida total no ano de R\$7.433,4 milhões, 16,7% superior a 2020. Isso se deve ao aumento da demanda no mercado doméstico de viagens aéreas de lazer e ao aumento do rendimento.

Com o avanço na vacinação e redução no número de óbitos devido à pandemia deflagrada pela Covid-19, a demanda por passagens áreas nos mercados de lazer e corporativo apresentou recuperação significativa no segundo semestre de 2021 com incremento nos indicadores de vendas e procura por voos nas plataformas de busca. Alinhando demanda por viagens e equilíbrio financeiro, ao longo do ano de 2021 as operações da GOL cresceram e no último trimestre atingiram o patamar de mais de 45 mil decolagens, em comparação com aproximadamente 33 mil decolagens no primeiro trimestre do ano. O quarto trimestre marcou ainda a retomada das operações internacionais com destino a Cancún, Punta Cana, Montevidéu e Buenos Aires, bem como abertura de novo destino doméstico, Bonito (MS).

Aumento estrutural do nosso custo operacional que totalizou R\$11.268,0 milhões, aumento de 53,9% em relação ao ano anterior, principalmente: devido a (i) um aumento significativo nos custos de manutenção e despesas relacionadas à nossa transformação acelerada da frota e ao nosso retorno das aeronaves Boeing 737-700/800 Next Generation (detalhes na sequência); (ii) um aumento no preço médio por litro de combustível, e (iii) a depreciação do real contra o dólar americano, que nos afeta negativamente aumentando nossos custos operacionais e despesas denominadas ou vinculados a dólares americanos (incluindo combustível). Além disso, em 2020, registramos um ganho de R\$ 551,9 milhões com operações de *sale-leaseback* referentes a 11 aeronaves.

(i) Plano de aceleração da transformação de frota

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia iniciou a execução do plano de aceleração na transformação de frota, que tem como objetivo a substituição das aeronaves Boeing 737 NG para aeronaves Boeing 737-MAX.

O Boeing 737-MAX consome cerca de 15% menos combustível e produz aproximadamente 16% menos de emissão de carbono e 40% menos ruído, além de possuir maior alcance de voo quando comparado as aeronaves Boeing 737-NG.

Com a recuperação da demanda observada, a aceleração no plano de imunização com vacinas em vários estados e mercados, retomada do nível de operação para patamares próximos aos níveis pré-pandemia e aumento expressivo nas variáveis macroeconômicas relacionados aos custos atrelados ao câmbio e principalmente o preço do querosene de aviação, observa-se uma maior necessidade de acelerar a substituição da frota existente de 737 NG com o objetivo de ganhos de eficiência operacional.

Além disso, a Companhia teve a oportunidade de obter acordos de aquisição de novas aeronaves 737 MAX com condições mais favoráveis em comparação ao período pré-pandemia, em combinação à novas alternativas de linhas de crédito para financiamento destas aeronaves, de forma a permitir o balanceamento do portfólio de financiamento da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Como consequência da aceleração da transformação da frota, a Companhia espera devolver aeronaves 737-NG, para as quais são estimados desembolsos futuros relevantes, que poderão ser compensados com depósitos. A Companhia classificou como ativo circulante os depósitos que espera realizar no decurso normal das operações até doze meses após a data do balanço.

Nossos resultados operacionais em 2020 foram afetados pelos seguintes fatores-chave:

<u>Diminuição da receita operacional:</u> A GOL apresenta uma receita líquida total no ano de R\$6.371,8 milhões, 46,0% inferior a 2019. Essa variação negativa é reflexo da significativa redução na demanda do setor aéreo, em decorrência da adoção do comportamento de distanciamento social pelos Clientes e o fechamento de fronteiras como forma de contenção da contaminação mundial pela COVID-19.

<u>Diminuição estrutural do nosso custo operacional</u> que totalizou R\$7.323,2 milhões, redução de 37,6% em relação ao ano anterior, principalmente Devido aos esforços contínuos da Companhia em readequar sua estrutura de custos a patamares mais eficientes quando comparado ao período pré-pandemia.

Nossos resultados operacionais em 2019 foram afetados pelos seguintes fatores-chave:

<u>Aumento da receita operacional:</u> A GOL apresenta uma receita líquida total no ano de R\$11.411,4 milhões, 10,5% superior a 2018. Essa variação positiva é reflexo da eficiência operacional da Companhia.

<u>Aumento estrutural do nosso custo operacional</u> que totalizou R\$10.011,8 milhões, aumento de 7,2% em relação ao ano anterior, principalmente: (i) aumento do preço de querosene no Brasil em 35,2% (ii) apreciação da cotação média do dólar americano frente ao Real de 14,5% (iii) parcialmente compensado pelo resultado operacional com venda de aeronave.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Variação da Receita Líquida em 2021

A receita líquida apresentou um aumento de 16,7% em relação a 2020. Esse aumento é proveniente da retomada na demanda do setor aéreo, com o avanço no programa de imunização e queda no número de casos e óbitos provocados pela Covid-19.

Variação da Receita Líquida em 2020

A receita líquida apresentou uma redução de 54,0% em relação a 2019. Essa redução é proveniente da redução na demanda do setor aéreo, em decorrência da adoção do comportamento de distanciamento social pelos clientes e o fechamento de fronteiras como forma de contenção da contaminação mundial pelo Covid-19.

Variação da Receita Líquida em 2019

A receita líquida apresentou um crescimento de 21,5% em 2019 na comparação com o ano de 2018. O aumento na receita líquida é proveniente do aumento da atividade de transporte de passageiros. Além disso, viu-se a nossa receita por passageiro por assento-quilômetro oferecido ("PRASK") totalizar R\$25,61 centavos, representando um crescimento de 15,7% frente aos R\$22,13 centavos de 2018. Como também, crescimento do RASK Líquido para R\$27,15 centavos em 2018, aumento de 14,3% na comparação com igual período de 2018. Em 2019, 86,3% de nossa receita líquida estava denominada em Reais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Preço de combustível

O preço do querosene de aviação varia, tanto no curto quanto no longo prazo, em linha com variações no preço do petróleo cru e de seus derivados, além da variação cambial, tendo em vista que esses desembolsos são precificados em moeda americana.

Em 31 de dezembro de 2021, os gastos com combustível no ano representaram 23,4% dos custos, com um preço por litro médio do querosene de aviação (QAV) atingindo R\$3,50, aumento de 37,2% na comparação com o ano anterior. Nesse período, o custo com combustível totalizou R\$2.631,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, os gastos com combustível no ano representaram 27,9% dos custos, com um preço por litro médio do querosene de aviação (QAV) atingindo R\$2,55, queda de 8,6% na comparação com o ano anterior. Nesse período, o custo com combustível totalizou R\$2.021,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, os gastos com combustível no ano representaram 34,5% dos custos, com um preço por litro médio do querosene de aviação (QAV) atingindo R\$2,79, queda de 4,1% na comparação com o ano anterior. Nesse período, o custo com combustível apresentou aumento de R\$179,7 milhões, frente a 2018.

Tarifas

Temos a permissão de estabelecer nossas próprias tarifas domésticas sem aprovação prévia do governo e de oferecer descontos em seus preços ou seguir outras atividades promocionais.

Em 2021, o yield, principal indicador de tarifas utilizado pelo setor, que representa o valor médio pago para voar um quilômetro, apresentou um aumento de 7,6% frente ao ano anterior.

Em 2020, o yield, principal indicador de tarifas utilizado pelo setor, que representa o valor médio pago para voar um quilômetro, apresentou uma redução de 8% frente ao ano anterior.

Em 2019, o yield, principal indicador de tarifas utilizado pelo setor, que representa o valor médio pago para voar um quilômetro, apresentou um aumento de 12,9% frente ao ano de 2018.

Taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de variação desfavorável das moedas estrangeiras às quais o passivo ou o nosso fluxo de caixa estão expostos.

A exposição dos nossos itens patrimoniais ao risco de moeda estrangeira decorre principalmente de arrendamentos e financiamentos em moeda estrangeira, negociados em dólar americano ("US\$"), que representam mais de 90% do endividamento (empréstimos e financiamentos e arrendamentos). Além disso, mais de 40% dos custos também são atrelados à moeda americana, e a nossa capacidade de ajustar o preço das tarifas cobradas dos clientes para recapturar a variação do dólar americano depende da capacidade racional (oferta) e comportamento dos concorrentes.

Taxa de juros

O nosso resultado está exposto às flutuações nas taxas de juros domésticas e internacionais, substancialmente ao CDI e Libor, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 8 de junho de 2021, a GOL celebrou um acordo para a aquisição da MAP Transportes Aéreos Ltda., uma empresa aérea brasileira doméstica com rotas para destinos regionais a partir do Aeroporto de Congonhas em São Paulo, considerando o compromisso da Companhia em expandir a demanda brasileira por transporte aéreo e consolidar-se de forma racional no mercado local, à medida que a economia do país se recupera da Covid-19.

A MAP será adquirida por R\$28 milhões, a ser pago somente após o cumprimento de todas as condições precedentes, através de 100.000 ações preferenciais (GOLL4) a R\$28,00 por ação e R\$25 milhões em dinheiro em 24 parcelas mensais. No fechamento, a Companhia assumirá até R\$100 milhões de compromissos financeiros da MAP.

Espera-se que esta transação traga como principais benefícios: (i) expansão para novas rotas; (ii) maior densidade de oferta de assentos a mercados historicamente sub-ofertados; e (iii) aperfeiçoamento de operações eficientes.

Em 30 de dezembro de 2021, através do Despacho SG nº1929/2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação sem restrições. A conclusão da transação está condicionada a outras condições precedentes, que ainda não foram cumpridas.

c. Eventos ou operações não usuais

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a incorporação das ações da Smiles Fidelidade comunicada em 7 de dezembro de 2020.

Como resultado da implementação da proposta de incorporação de ações aprovada pelos acionistas da Smiles e GOL, em 04 de junho de 2021 a Smiles Fidelidade tornou-se uma subsidiária integral da GLA, e em 1º de setembro de 2021 foi incorporada pela GLA.

A incorporação compreendeu os seguintes passos:

- exercício do direito de recesso, o qual foi exercido sobre 176 ações preferencias da GOL e 28.220 ações ordinárias da Smiles, cujo valor total de R\$299 foi liquidado em 12 de maio de 2021;
- transferência do controle da Smiles Fidelidade S.A. para a GLA, mediante aumento de capital no valor de R\$350.075;
- incorporação de ações da Smiles Fidelidade pela GLA, com a emissão de ações PN e ações PN Resgatáveis da GLA para os acionistas da Smiles Fidelidade, seguida da incorporação de ações da GLA pela Companhia, com a emissão de 22.433.975 novas ações preferenciais, 25.707.301 ações preferenciais classe B e 33.113.683 ações preferenciais classe C, totalizando R\$1.351.289 referente a contraprestração transferida para aquisição da participação dos minoritários no montante de R\$441.309;
- resgate de ações PNs Resgatáveis da GLA e da Companhia, com pagamento em caixa com base no resgate das ações PNs Resgatáveis da Companhia aos acionistas da Smiles Fidelidade pelo valor total de R\$744.450; e
- conclusão da operação com incorporação da Smiles Fidelidade pela GLA em 1º de setembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Na elaboração das nossas demonstrações financeiras, adotamos todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Conforme permitido pela SEC e CVM e visando atender às necessidades de informações dos mercados em que operamos, apresentamos nossas demonstrações financeiras no padrão contábil internacional emitido pelo "International Accounting Standards Board – IASB" em IFRS, bem como nos termos da Legislação Societária Brasileira, simultaneamente, através da instrução CVM 457/07 alterada pela instrução CVM 485/10.

b. Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente

As normas listadas na sequência tornaram-se válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia pretende adotar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas com a continuidade do impacto da pandemia do Covid-19, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. A Companhia optou por avaliar as alterações nos contratos como modificação do contrato de arrendamento e não aplicou tal expediente.

c. Efeitos significativos das alterações de práticas contábeis

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis e nem impactos materiais no exercício social de 2021 e 2020.

Com relação a exercício de 2019, destaca-se a adoção ao CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, em 1º de janeiro de 2019, que promoveu impactos relevantes em nossas demonstrações financeiras.

CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil", equivalente ao IFRS 16

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" e arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou inferior.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos fluxos de pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário deve reconhecer o valor de remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Dentre as formas de adoção previstas na norma, a Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16, não reapresentou informações e saldos em base comparativa. Visto a adoção pelo método retrospectivo modificado, a Companhia optou por adotar os seguintes expedientes práticos e isenções de transição da norma, os quais estão abaixo detalhados:

- a Companhia fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, considerando extensões e renegociações ocorridas ao longo do contrato; e
- a Companhia aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características similares, considerando os prazos remanescentes dos contratos e a garantia proporcionada pelos ativos.

Na determinação da taxa de desconto a Companhia utilizou como base primordial aquelas contratadas nas operações de captações recentes no mercado europeu e norte-americano, exceto pelos bônus perpétuos e exchangeable senior notes, dessa forma concluímos que os efeitos inflacionários embutidos são baixíssimos acrescidos ao fato que 99,3% das obrigações de arrendamentos da Companhia são determinadas em US\$.

A Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção desta norma considerando as premissas acima descritas, o que resultou na contabilização inicial de 120 contratos de arrendamento de bens aeronáuticos e 14 contratos de arrendamento de bens não aeronáuticos como direito de uso, os efeitos da adoção inicial está demonstrado na tabela a seguir:

			Patrimônio
	Ativo	Passivo	líquido (c)
Arrendamento Operacional (a)	-	(219.728)	219.728
Direito de Uso - Contratos Aeronáuticos	2.892.836	5.540.621	(2.647.785)
Direito de Uso - Contratos Não Aeronáuticos	41.420	49.975	(8.555)
Constituição de Imposto Diferido – Smiles (b)	-	-	278
Total	2.934.256	5.370.868	(2.436.334)

⁽a) Refere-se a parcelas de arrendamento operacional que tiveram seus prazos de vencimento renegociados durante o exercício de 2016. (b) Efeito de impostos sobre a renda diferidos proveniente da adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 registrado na controlada Smiles.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(c) Diferença entre ativo e passivo em função da adoção da Norma pelo método retrospectivo simplificado e taxa de conversão de USD para BRL para os contratos de aeronaves e motores (ativo pelo câmbio histórico e passivo pelo câmbio na data da adoção).

Os impactos relacionados ao registro dos tributos diferidos para o ajuste de adoção do CPC 06 (R2), em 1º de janeiro de 2019, não refletiu os efeitos tributários correspondentes na GLA, visto que não apresenta histórico de lucros tributáveis, e atualmente, constitui crédito tributário ativo limitado ao montante de crédito tributário passivo, em consonância com o item nº35 do CPC 32 – "Tributos sobre o Lucro".

Ainda em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) equivalente ao IFRS 16, a Companhia promoveu algumas reclassificações no balanço patrimonial inicial de 1º de janeiro de 2019, apresentados para fins de comparabilidade, conforme demonstrado abaixo:

	Conforme		
	Divulgado	Reclassificação	Reclassificado
Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	1.223.324	(120.118)	1.103.206
Arrendamentos a Pagar	-	255.917	255.917
Arrendamentos Operacionais	135.799	(135.799)	-
Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	5.861.143	(520.542)	5.340.601
Arrendamentos a Pagar	-	656.228	656.228
Arrendamentos Operacionais	135.686	(135.686)	-

d. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há ressalvas presentes no Relatório do auditor independente referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2021, 2020 e 2019.

Os auditores independentes inseriram parágrafo de ênfase relacionado a continuidade operacional da Companhia. Abaixo transcrevemos o parágrafo referente a auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa no 2, que menciona que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional. Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa no 1, a Companhia tem adotado ações visando ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 (como a readequação de sua malha aérea e o fortalecimento de sua estrutura de capital). Em 31 de dezembro de 2021, o prejuízo do exercício da Companhia foi de R\$ 7.222 milhões (controladora) e R\$ 7.184 milhões (consolidado), aliado à deficiência de capital circulante líquido e patrimônio líquido negativo naquela data que, juntamente com outros eventos e condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia estão descritos na Nota Explicativa no 1. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Políticas Contábeis

Buscamos manter um procedimento de revisão de nossas políticas contábeis e de avaliação da adequação das estimativas necessárias para a produção de nossas demonstrações financeiras consolidadas. Acreditamos que nossas estimativas e julgamentos são razoáveis, no entanto, os resultados efetivos e o tempo de reconhecimento de tais montantes podem diferir das nossas estimativas. Além disso, estimativas normalmente necessitam de ajustes baseados em novas circunstâncias e o recebimento de novas ou melhores informações. Algumas práticas contábeis requerem a utilização de estimativas que refletem julgamentos e incertezas relevantes, levando em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Para uma discussão desta e de outras políticas contábeis, consulte a Nota Explicativa 4 às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

O processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia requer, muitas vezes, que a Administração adote premissas, julgamentos e estimativas que podem afetar a aplicação de políticas e montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir das estimativas realizadas, uma vez que abrangem experiências históricas e diversos fatores que se supõem adequados em função das circunstâncias. As revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no mesmo exercício em que as premissas são revistas em uma base prospectiva.

As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão discutidas abaixo. A Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, a saber:

- receita de breakage de passagens e milhas;
- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- análise anual do valor recuperável de impostos diferidos;
- análise de recuperabilidade de depósitos para manutenção;
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida;
- análise do valor recuperável de ágio e slots;
- provisão para devolução de aeronaves e motores;
- provisões para benefício pós-emprego;
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- transações com remuneração baseada em ações;
- direitos e obrigações com operações de derivativos; e
- valor justo de instrumentos financeiros.

Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes rotables (peças de reposição), são registrados pelo custo de aquisição e/ou construção. Juros e encargos financeiros diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um bem que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente.

Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa nº14 da nossa demonstração financeira.

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente pela Companhia. Eventuais mudanças em função da alteração da expectativa de utilização de tais itens resultam em alterações prospectivas.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado. O valor contábil das aeronaves é testado para identificação de perdas no valor recuperável anualmente, mesmo que não haja circunstâncias que indiquem a existência de perdas.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo:

i. Adiantamentos para aquisição de aeronaves

Referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto à Boeing para aquisição de aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica.

ii. <u>Contratos de arrendamento</u>

Os contratos de arrendamento são reconhecidos, mensurados, apresentados e divulgados de acordo com a norma vigente, o CPC 06 (R2) - "Arrendamentos", equivalente ao IFRS 16. A Companhia aplica as isenções de reconhecimento para os arrendatários, previstas na norma, para arrendamentos de curto prazo e de ativos de "baixo valor".

iii. Ativo de Direito de Uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. A mensuração inicial de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na devolução do ativo subjacente, restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento. A Companhia incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter utilizado o ativo subjacente durante a vigência do contrato.

Após a data de início, os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

iv. Passivos de Arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece a valor presente os pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento de acordo com o fluxo programado. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; e (iii) valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, caso o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção de rescindir o arrendamento por parte da Companhia.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início, quando a taxa de juros implícita no arrendamento não puder ser determinada imediatamente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que ocasiona tais pagamentos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o decurso do tempo e, consequentemente, o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação no arrendamento, considerando mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reavalia o passivo do arrendamento sempre que ocorrem determinados eventos e reconhece o valor de remensuração deste passivo como um ajuste ao ativo de direito de uso. Contudo, se o valor contábil do ativo de direito de uso for reduzido a zero e houver uma redução adicional na mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia reconhece qualquer valor remanescente da remensuração no resultado.

v. <u>Transações de venda e retro arrendamento – Sale and leaseback</u>

A determinação do reconhecimento do resultado de transações de *sale-leaseback* utiliza como referência o valor justo do bem negociado. A fonte de informação para obtenção do valor justo são cotações de mercado para itens de natureza semelhante, considerando as condições do bem.

Uma vez definido o valor justo, os ganhos ou perdas são inicialmente calculados com base na diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e posteriormente ajustados de acordo com a proporcionalidade do direito de uso transferido ao arrendador (sendo esse último o valor efetivo reconhecido em resultado como ganho ou perda).

O cálculo da proporcionalidade é realizado considerando o valor presente dos pagamentos do arrendamento ajustado pelos pagamentos antecipados ou financiamentos adicionais.

vi. Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores, aeronaves e APU's (Auxiliary Power Unit)

Os gastos com grandes manutenções, que incluem substituições de peças e mão de obra, são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do ativo correspondente. Tais custos são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado a incorrer até a próxima data para grande manutenção ou a devolução do bem, o que ocorrer antes. Gastos incorridos que não prolongam a vida útil dos ativos são reconhecidos diretamente no resultado.

Depósitos

Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Referem-se a pagamentos efetuados em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as negociações efetuadas com os arrendadores. A variação cambial destes pagamentos é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperabilidade desses depósitos com base na elegibilidade de aplicação de tais valores em eventos de manutenção futuros e acredita que os valores refletidos no balanço são realizáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso não haja eventos de manutenção com possibilidade de utilização dos depósitos, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. Tais valores são retidos pelo arrendador e representam pagamentos realizados em função da utilização dos componentes até a data de devolução. Dessa forma, os valores enquadrados nesta categoria, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício na rubrica de "Material de manutenção e reparo", considerando as análises regulares de recuperabilidade ou no momento da devolução do bem.

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir depósitos por cartas de crédito, que podem ser executadas pelos arrendadores caso as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Vários contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção, e contam com cartas de crédito para a garantia da execução da manutenção nos períodos programados (vide nota explicativa nº14 de nossas demonstrações financeiras). Até 31 de dezembro de 2021, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia.

ii. <u>Depósitos judiciais</u>

No decurso das ações impetradas contra a Companhia e sobre as quais esta questiona a legitimidade das reclamações, pode ocorrer que a Companhia seja requerida a efetuar depósitos recursais e/ou judiciais de forma a dar continuidade a sua estratégia de defesa. Tais valores são corrigidos monetariamente em sua maioria pelos índices inflacionários e caracterizam-se como recursos não disponíveis imediatamente para a Companhia, pendentes de decisão judicial.

iii. Depósitos para garantia e cauções de contratos de arrendamento

Os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente pela variação do câmbio, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

Reconhecimento de Receita

i. Receita de passageiros, cargas e serviços auxiliares

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados na rubrica de transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida da estimativa de receita de breakage.

A receita de *breakage* consiste no cálculo, com base histórica, de bilhetes emitidos que expirarão pela não utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que apresentam grande probabilidade de não os utilizar. Ao menos anualmente os cálculos são revisados com objetivo de refletir e capturar mudanças no comportamento dos clientes em relação à expiração de bilhetes.

Sob a perspectiva das demonstrações financeiras consolidadas o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do Programa Smiles por passagens aéreas apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando as obrigações de desempenho serão atendidas.

Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de remarcação de voos, despacho de bagagem e outros serviços adicionais são reconhecidos junto com a obrigação principal de transporte de passageiro.

ii. Receita de milhas

O Programa Smiles tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas aos parceiros aéreos e não aéreos da Smiles, considerados como o valor justo da transação.

Até 31 de agosto de 2021, a Smiles atuava como agente e cumpria com a sua obrigação de desempenho no momento do resgate das milhas pelos participantes do programa Smiles na troca de prêmios com seus parceiros com o reconhecimento da receita nas informações financeiras individuais. Sob a perspectiva das demonstrações financeiras consolidadas o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do Programa Smiles por passagens aéreas apenas se completava quando os passageiros eram efetivamente transportados, de forma que os lucros não realizados eram devidamente eliminados, conforme previsto no ICPC 09 (R2) — Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

A partir da incorporação da Smiles Fidelidade pela GOL Linhas Aéreas (GLA) em 1º de setembro de 2021, as receitas provenientes do programa de milhagem com produtos e serviços aéreos, os quais são ofertados pela própria entidade, passaram a ser reconhecidas apenas no momento do transporte, visto que a obrigação de desempenho da entidade se torna exclusivamente o transporte aéreo e serviços relacionados, sendo a GLA a entidade que controla o serviço especificado antes que este seja transferido ao cliente. Para as trocas de prêmios com serviços e produtos não vinculados a entidade do mesmo grupo econômico, a GLA, enquanto entidade responsável pelo programa de fidelidade, se manteve como agente e a obrigação de desempenho é cumprida no momento do resgate das milhas pelos participantes do programa Smiles.

Em decorrência de suas características o programa de milhas também propicia a possibilidade de se reconhecer uma receita de *breakage*. A Companhia calcula a estimativa de *breakage* por meio da probabilidade das milhas que têm chances significativas de expiração devido à não utilização, considerando o histórico comportamental dos participantes do Programa Smiles.

Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu padrão histórico do resgate de milhas. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita de *breakage*, revisado anualmente.

iii. Adoção de hedge accounting para proteção de receitas de passageiros e serviços auxiliares futuros

No curso regular de suas operações a Companhia realiza vendas recorrentes em dólares norte-americanos ("US\$") principalmente em decorrência das rotas internacionais na América do Sul, Central e do Norte. Em 1º de agosto de 2019 a Administração adotou o *hedge accounting*, modalidade fluxo de caixa, como forma a reduzir a volatilidade dessas receitas futuras em moeda estrangeira (objeto de hedge), consideradas altamente prováveis, conforme previsto e expresso no parágrafo 6.3.1 do CPC 48 – "Instrumentos financeiros", utilizando como instrumentos de hedge contratos de arrendamento registrados como dívida em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) – "Arrendamentos".

Com a adoção do *hedge accounting*, os ganhos e perdas cambiais oriundos dos contratos de arrendamento (instrumento de hedge) serão acumulados em conta do patrimônio líquido, "Ajuste de avaliação patrimonial", sendo apropriados ao resultado da Companhia no momento da realização das receitas oriundas de vendas em

O hedge accounting deriva do hedge natural das operações da Companhia, retratada pelo fluxo de caixa (receitas e amortizações de dívida em US\$) e não representa aumento de custos financeiros, possibilitando a eliminação parcial da volatilidade cambial dos resultados da Companhia. A posição final do patrimônio líquido não é afetada pela adoção desta prática contábil.

Os elementos do hedge accounting são: (1) objeto de hedge: receita altamente provável de vendas em US\$; (2) instrumento de hedge: contratos de arrendamento atrelados ao US\$; (3) montante designado: 60 meses de receitas consideradas altamente prováveis, perfazendo um notional no momento da adoção inicial no montante

de US\$903,1 milhões; (4) natureza do risco coberto: variação cambial; (5) especificação do risco coberto: câmbio spot USD/BRL; (6) tipo de relação de hedge: fluxo de caixa.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

i. <u>Provisão para devolução de aeronaves e motores</u>

Os contratos de arrendamento de aeronaves regularmente preveem obrigações contratuais estabelecendo condições para devolução. A Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, no momento em que a mensuração possa ser feita com razoável segurança.

Os gastos previstos no momento inicial referem-se basicamente a reconfiguração de aeronaves (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, *checks* de devolução, pintura, entre outros, conforme estabelecido em contrato. O custo estimado é registrado a valor presente em contrapartida do ativo imobilizado. Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa de remuneração de capital estimada pela Companhia, com contrapartida no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva.

Além dos gastos previstos de reconfiguração da aeronave, os contratos de arrendamento preveem as condições de preservação e vida útil dos componentes da aeronave a serem observadas no momento da devolução. Esta provisão depende de fatores que envolvem a utilização efetiva das aeronaves e motores, eventos de manutenção durante o período contratual, entre outras variáveis, sendo assim, é registrada a partir do momento em que a Companhia possui os elementos necessários para estimar de forma confiável o valor dos gastos a serem incorridos, considerando o período em que se torna uma obrigação presente pelas condições dos motores e componentes. A Companhia estima a provisão para devolução das aeronaves e motores a valor presente quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante, baseado no fim do contrato de arrendamento, momento no qual o desembolso se fará necessário.

ii. <u>Provisão para riscos tributários, fiscais e trabalhistas</u>

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil, cujas avaliações de probabilidades de perdas incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como prováveis, possíveis ou remotos. A provisão registrada em relação a tais processos reflete razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Caso a Companhia possua demandas judiciais cujos valores não são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, mas a probabilidade de perda seja provável, estas demandas têm sua natureza divulgada.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Direitos e obrigações com instrumentos financeiros derivativos

Variações nas taxas de juros, no câmbio e nos preços do combustível de aviação expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Com o objetivo de mitigar tais riscos, a Companhia por meio de suas subsidiárias contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para hedge accounting e, se designados, são classificados como hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados a valor justo no reconhecimento e nos períodos subsequentes.

i. <u>Instrumentos financeiros derivativos não designados como hedge accounting</u>

A Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para *hedge accounting* quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.

ii. <u>Instrumentos derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa</u>

Os instrumentos designados como hedge de fluxo de caixa visam proteger resultados futuros decorrentes das variações das taxas de juros, do preço de combustível e do câmbio. A efetividade das variações é estimada com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas do hedge e a variação dos custos e despesas protegidos. As variações efetivas do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido em "Outros resultados abrangentes", até o reconhecimento do resultado do objeto do hedge. As ineficácias verificadas em cada período de reporte são reconhecidas no resultado financeiro. As transações de hedge contabilizadas em "Outros resultados abrangentes" apresentam-se líquidas dos efeitos de impostos.

iii. <u>Desreconhecimento e baixa de instrumentos financeiros derivativos</u>

A contabilização do hedge é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, (iii) quando há baixa previsibilidade de realização do objeto de hedge, ou (iv) quando não se qualifica mais como hedge accounting. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Remuneração baseada em ações

Opções de compra de ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações. A Companhia reconhece como despesa, em base linear, o valor justo das opções ou ações, calculadas pelo método de Black-Scholes, apurado na data da outorga, durante o período de serviço exigido pelo plano em contrapartida ao patrimônio líquido. A despesa acumulada reconhecida reflete a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão adquiridas. A despesa ou receita da movimentação ocorrida no exercício é reconhecida na demonstração do resultado.

O efeito das opções em aberto é refletido como diluição adicional no cálculo do lucro por ação diluído, quando aplicável.

ii. Ações restritas

A Companhia também pode oferecer a seus executivos um plano de transferência de ações restritas que se realiza ao término do prazo estipulado a partir da data de concessão, conforme definido no plano de cada programa, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. Tal transferência se dá preferencialmente através de ações mantidas em tesouraria.

O impacto de eventual revisão das quantidades de ações restritas que não serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido.

Os planos têm sido realizados com a entrega de ações.

Impostos Diferidos

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante.

Uma perda para realização desses ativos é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável, portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização, estão sendo divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 103 pedidos firmes (95 em 31 de dezembro de 2020) junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O valor presente dos pedidos firmes em 31 de dezembro de 2021, considerando uma estimativa dos descontos contratuais, corresponde a aproximadamente R\$21.947.804 (R\$16.636.198 em 31 de dezembro de 2020), equivalente a US\$3.932.946 (US\$3.201.301 em 31 de dezembro de 2020), e estão segregados conforme abaixo:

	2021	2020
2022	2.805.899	-
2023	3.384.587	2.707.544
2024	6.101.396	5.110.707
2025	6.428.138	5.801.193
2026	3.227.784	3.016.754
Total	21.947.804	16.636.198

Do total de compromissos apresentados acima, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$6.989.381 (correspondendo a US\$1.252.465 em 31 de dezembro de 2021) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, conforme fluxo financeiro abaixo:

	2021	2020
2021	-	171.935
2022	248.109	1.130.099
2023	1.174.768	2.159.742
2024	2.145.764	2.183.366
2025	2.279.227	837.921
2026	1.141.513	56.283
Total	6.989.381	6.359.346

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía ainda compromissos relacionados à aquisição da MAP Transportes Aéreos. Em 8 de junho de 2021, a GOL celebrou um acordo para a aquisição da MAP Transportes Aéreos Ltda., uma empresa aérea brasileira doméstica com rotas para destinos regionais a partir do Aeroporto de Congonhas em São Paulo, considerando o compromisso da Companhia em expandir a demanda brasileira por transporte aéreo e consolidar-se de forma racional no mercado local, à medida que a economia do país se recupera da Covid-19. A MAP será adquirida por R\$28 milhões, a ser pago somente após o cumprimento de todas as condições precedentes, através de 100.000 ações preferenciais (GOLL4) a R\$28,00 por ação e R\$25 milhões em dinheiro em 24 parcelas mensais. No fechamento, a Companhia assumirá até R\$100 milhões de compromissos financeiros da MAP.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Item não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Os compromissos firmados estão relacionados à operação, alinhados aos objetivos estratégicos da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia iniciou a execução do plano de aceleração na transformação de frota, que tem como objetivo a substituição das aeronaves Boeing 737 NG para aeronaves Boeing 737-MAX.

O Boeing 737-MAX consome cerca de 15% menos combustível e produz aproximadamente 16% menos de emissão de carbono e 40% menos ruído, além de possuir maior alcance de voo quando comparado as aeronaves Boeing 737-NG.

Além disso, a Companhia teve a oportunidade de obter acordos de aquisição de novas aeronaves 737 MAX com condições mais favoráveis em comparação ao período pré-pandemia, em combinação à novas alternativas de linhas de crédito para financiamento destas aeronaves, de forma a permitir o balanceamento do portfólio de financiamento da Companhia.

Como consequência da aceleração da transformação da frota, a Companhia espera devolver aeronaves 737-NG, para as quais são estimados desembolsos futuros relevantes, conforme divulgado na nota explicativa 23.2, que poderão ser compensados com depósitos divulgados na nota explicativa 12 das nossas demonstrações financeiras.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Nossa estratégia é depender principalmente de fluxos de caixa das operações para obter capital de giro para as operações correntes e futuras. Nossos fluxos de caixa operacionais são afetados pela exigência de alguns contratos de arrendamento operacional de aeronaves, que estabelecem contas de reserva de depósito de manutenção para nossa aeronave, com fundos em níveis específicos. Os fundos serão retirados das contas de reserva de manutenção para o reembolso de certos gastos de manutenção estrutural incorridos. Acreditamos que os valores já depositados, e a serem depositados, adicionados de nossos próprios recursos de caixa, sejam suficientes para cobrir nossos custos futuros com aeronaves e manutenção, pela duração dos respectivos arrendamentos operacionais.

A Companhia firmou em janeiro de 2022 contrato de financiamento de até US\$600 milhões com a Castlelake LP para financiar a aquisição de novas aeronaves 737 MAX 8. A transação contemplará 10 arrendamentos com opção de compra, com taxa de juros de aproximadamente 6% a.a., e 2 transações de *sale-leasebacks*. Os recursos originados pela transação cobrirão 100% do custo de aquisição das novas aeronaves e proverão recursos adicionais que serão direcionados para obrigações e custos de devolução das aeronaves 737 NG da GOL. Até o momento a GOL já recebeu duas aeronaves deste contrato.

Quando necessário, obtemos empréstimos para financiar nossos investimentos, os quais são garantidos por nossos recebíveis, para financiar o ciclo venda-recebimento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não tivemos desinvestimentos durante os exercícios de 2021, 2020 e 2019.

b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou a devolução de 8 aeronaves com contrato de arrendamento sem opção de compra e recebeu 16 aeronaves MAX.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou uma redução líquida de 10 aeronaves com contrato de arrendamento.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou a devolução de 3 aeronaves com contrato de arrendamento operacional.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Projetos de Gestão das emissões (Plataformas de Bioquerosene)

A GOL tem investido em diversas iniciativas para a redução dos seus impactos ambientais, com destaque para a gestão das emissões de gases de efeito estufa. Somos a primeira companhia aérea da América Latina a estabelecer o compromisso de zerar as emissões líquidas de CO2 até 2050.

Temos participado de discussões do Programa Combustível do Futuro, e mais precisamente do Subcomitê ProBioQAV, que enfoca soluções para o combustível sustentável de aviação. Atualmente, temos nove fornecedores de SAF mapeados. Além disso, tratamos do tema com a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) e a Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA), que articulam posicionamentos do setor, incluindo sobre o PL 1873/2021

Plataforma de compensação

Em julho de 2021, a GOL deu uma importante contribuição para tornar a aviação civil brasileira mais sustentável. Passamos a oferecer aos nossos Clientes a possibilidade de compensar a emissão de carbono de suas viagens.

Por meio da iniciativa chamada de #MeuVooCompensa, logo após a compra do bilhete, o Cliente pode optar por adquirir certificados de créditos de carbono relativos às emissões previstas para o seu voo. A iniciativa é resultado de uma parceria com a Moss, plataforma ambiental de crédito de carbono. A compensação em voos nacionais e internacionais é realizada por meio do MCO2, primeiro *token* verde totalmente global lastreado em *blockchain*, que foi criado pela Moss para neutralizar a emissão de CO₂ por meio do apoio a projetos ambientais certificados com atuação na Amazônia.

Rotas carbono neutro do Brasil

Inauguramos em 2021 as primeiras rotas carbono neutro do Brasil, importante marco para o turismo sustentável do País.

A novidade foi lançada nos voos entre Recife e Fernando de Noronha, quando assumimos o compromisso de compensar o total das emissões de gases de efeito estufa geradas pelas viagens aéreas de ida e volta para esses destinos. Com as novas rotas de carbono neutro, a cada 100 toneladas de CO₂e emitidas pelos voos nos trechos mencionados, garantiremos um hectare de Floresta Amazônica preservada. Entre setembro e dezembro de 2021, compensamos diretamente mais de 2.600 toneladas de CO₂e, que correspondem à preservação de 26 hectares da maior floresta tropical do mundo.

Aeronave elétrica de decolagem vertical

Considerando os desafios relacionados à descarbonização da indústria de transporte aéreo, a GOL tem demonstrado que está atenta a inovações e que busca contribuir para transformações no setor.

No último ano, encomendamos 250 aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical (eVTOL), da irlandesa Avolon. Esse transporte do futuro tem capacidade para quatro passageiros (além de um piloto), alcance de 160 km e velocidade máxima de 320 km/h. Comparando com um helicóptero, há uma série de vantagens, como o nível de ruído 100 vezes menor e a redução de 80% nos custos de operação.

Podemos receber até dez unidades no primeiro ano de implementação da frota, em 2025. A ideia inicial é que essa tecnologia facilite o acesso de passageiros dos grandes centros urbanos até aeroportos, e vice-versa. Além disso, novas oportunidades de negócio podem ser identificadas e desenvolvidas.

Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Na GOL, contamos com Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) que contemplam as atividades de coleta, segregação, armazenamento temporário e encaminhamento para tratamento por empresas licenciadas, abrangendo as nossas bases de Manutenção de Linha, em aeroportos e na Sede, e a GOL Aerotech, localizada no Aeroporto de Confins (MG).

Em 2021, os resíduos não perigosos da GOL totalizaram 192.778 (36% de redução sobre 2020), enquanto os resíduos perigosos somaram 145.867 (11% abaixo do ano anterior). Dessa maneira, o total de resíduos gerados foi 338.645, que corresponde a 27% de diminuição em relação a 2020, quando foram gerados 464.376 kg. A diminuição decorre do momento de pandemia, que limitou o fluxo de pessoas na Companhia e algumas de suas atividades.

A destinação de um resíduo varia de acordo com as características do material, podendo ser encaminhado para aterros autorizados, incinerado, coprocessado, refinado, reciclado ou recuperado. Esse trabalho costuma ser realizado por parceiros contratados, que emitem certificados para garantir que a destinação foi realizada conforme legislação.

A fim de gerar menor impacto ao meio ambiente, a GOL encaminhou para reciclagem 70.746 kg de resíduos perigosos e não perigosos, que correspondem a 21% do total gerado (quatro pontos percentuais a menos do que o volume reciclado em 2020).

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros itens não evidenciados nessa seção que influenciaram de maneira relevante o nosso desempenho operacional.